

RIO GRANDE NO RUMO CERTO

PROGRAMA DE GOVERNO

JOSÉ IVO SARTORI E JOSÉ PAULO CAIROLI

COLIGAÇÃO

MDB | PSD | PSB | PR | PSC | PATRI | PRP | PMN | PTC

AGOSTO DE 2018

APRESENTAÇÃO

Neste documento, a Coligação *RIO GRANDE NO RUMO CERTO* apresenta o Plano de Governo a ser executado no período de 2019 a 2022. Ele contém uma síntese da experiência acumulada ao longo da atual administração do Estado do Rio Grande do Sul, além de ideias, prioridades e objetivos da Coligação que reúne MDB, PSD, PSB, PR, PSC, PATRI, PRP, PMN e PTC para os próximos quatro anos.

Este documento, ora oferecido ao exame e à avaliação de todos os rio-grandenses, está aberto a críticas, a sugestões e à incorporação de demandas de todas as regiões. O debate ensejado pela campanha eleitoral certamente o tornará mais abrangente, no sentido de corresponder aos anseios senão de todos, de parcela considerável do nosso povo.

Inicialmente, iremos destacar os valores éticos e políticos que movem a Coligação *RIO GRANDE NO RUMO CERTO*. Em seguida, apresentamos uma análise objetiva das condições financeiras e institucionais encontradas pela atual administração estadual em janeiro de 2015 e sua evolução até o presente momento, definindo com precisão quais as dificuldades e os problemas que devem ser enfrentados. Finalmente, apontaremos a conexão entre as prioridades aqui elencadas.

As realizações do governo de José Ivo Sartori e José Paulo Cairolí, aqui indicadas, não têm o objetivo de enaltecer feitos, como é comum em planos de governo, mas de exemplificar o caminho que adotamos para mudar o Rio Grande do Sul. Para equacionar nosso grave problema financeiro e recolocar o Estado a serviço da sociedade e a serviço de um novo processo de desenvolvimento.

NOSSOS PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS E POLÍTICOS

Neste momento, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul enfrentam uma situação complexa e desafiadora, que se caracteriza pelo esgotamento de um ciclo político e pela paralisação do processo de desenvolvimento econômico. Este quadro gerou em largas parcelas da população desânimo, desalento, desesperança e mesmo revolta, sentimentos que levaram a um grande descrédito da política e de suas instituições e, muito particularmente, dos políticos.

Os princípios e os valores éticos e políticos que apresentamos a seguir, e que fazem parte de nossa história, pretendem ser uma reafirmação da confiança na política sadia, que não busca senão servir à sociedade.

É com base nela que estamos construindo um novo Estado.

Não podemos mais aceitar que o governo viva apenas para si mesmo; não podemos mais nos conformar com velhas estruturas, inchadas e ineficientes.

Por isso, estamos mudando, inovando, modernizando, até que tenhamos um Estado plenamente voltado para o cidadão. Ágil, eficaz e resolutivo, capaz de prestar mais e melhores serviços às famílias gaúchas.

Sempre dissemos que esta é uma tarefa difícil, que o caminho é longo, que é uma tarefa de todos e não de um homem só.

No começo, adotamos medidas duras, muitas impopulares, mas tivemos a coragem de decidir. Decidimos olhando para todos os gaúchos, olhando para o futuro.

Agora temos um caminho claro a seguir. Temos confiança de que estamos no rumo certo.

Por isso, convocamos todos a mais uma batalha. Juntos, vamos vencer.

O Rio Grande vai voltar a se erguer.

TRANSPARÊNCIA E VERDADE

Na democracia, toda e qualquer iniciativa e ação de governo deve respeitar rigorosamente as leis, os mandatos e as obrigações por eles definidos. Entre essas obrigações está a da transparência na gestão dos negócios públicos. Isto exige informações objetivas aos cidadãos, que apresentem, de maneira clara, com base em dados específicos, os problemas a serem enfrentados e as perspectivas concretas de futuro disponíveis e em construção.

A transparência é um compromisso firme e constante com a verdade administrativa. Implica, portanto, recusa decidida da mentira, dos discursos vazios e das promessas enganosas que não podem ser cumpridas.

Por isso, desde o início de nosso governo, em 2015, sempre falamos a verdade. De forma clara, direta e sem rodeios.

GOVERNAR PARA TODOS

O compromisso dos governantes com suas obrigações constitucionais implica igualmente governar para *todos* os cidadãos; em nosso caso, para todos os mais de 11,3 milhões de gaúchos e gaúchas. Isso significa que outros interesses de grupos e indivíduos, seja no setor público ou no privado, estão subordinados aos interesses do bem comum, como determina com nitidez a realização do princípio da igualdade.

O respeito a esses princípios é particularmente importante em épocas de mudanças sociais agudas, que afetam interesses estabelecidos, geram desconfortos e enfrentamentos entre cidadãos. No entanto, essas manifestações de descontentamento, que são legítimas, devem ocorrer sem agressões à ordem legal, no estrito respeito à convivência democrática. Aos governantes cumpre atender prioritariamente ao bem comum, os interesses maiores e fundamentais da coletividade, para assim promover a cooperação entre os cidadãos e uma convivência social solidária e fraterna.

Esse é o caminho para que nós, rio-grandenses, possamos recuperar a confiança no presente e a disposição para construir um futuro em comum.

O ENFRENTAMENTO DA CRISE E UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

O primeiro desafio enfrentado pela administração em 2015 foi mostrar, de forma clara, a verdadeira situação em que se encontravam as finanças públicas. Naquela altura, a expectativa de déficit para os quatro anos seguintes apontava a soma de R\$ 25,5 bilhões.

Tal número foi revertido a partir de um conjunto de ações e medidas adotadas desde o primeiro mês de governo, impostergáveis para, ao longo do tempo, reconstruir uma situação financeira estável, que permita a retomada da normalidade. Entre essas medidas estão o controle dos gastos orçamentários, o corte de secretarias e órgãos públicos, o não preenchimentos de cargos de confiança (CCs), a instituição de um sistema de gestão baseado em metas e resultados, com monitoramento criterioso de todas as ações de governo.

Pouco depois, foram aprovadas a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual e a Lei da Previdência Complementar. A primeira é pioneira no Brasil. Fixou limites para os gastos e para a distribuição do incremento da receita; e proibiu que o gestor público, em final de mandato, aprove reajustes que impactem negativamente nas contas dos governos seguintes.

A segunda é essencial para dar sustentabilidade às contas da previdência, ao limitar a responsabilidade do Tesouro do Estado, no caso da aposentadoria de futuros funcionários públicos, ao teto do INSS. Além de, ao longo do tempo, ajudar a eliminar o déficit da previdência estadual, a nova lei vai garantir as aposentadorias no futuro.

Além dessas medidas estruturantes, o atual governo renegociou a dívida com a União, reduzindo os juros de 6% para 4% ao ano. A redução do valor das prestações gera um ganho de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões nos próximos anos. Além disso, até 2028, haverá uma redução no estoque da dívida de aproximadamente R\$ 22 bilhões.

Também iniciamos as tratativas para assinar o acordo do Regime de Recuperação Fiscal com a União, o que permitirá a suspensão do pagamento da dívida, atualmente em cerca de R\$ 4 bilhões por ano, durante três anos, podendo ser prorrogada por mais três anos.

Em paralelo, medidas de otimização da receita, como o combate à sonegação, geraram um acréscimo de recursos da ordem de R\$ 3 bilhões.

Com todas essas iniciativas, podemos estimar que chegaremos ao final de 2018 com uma redução significativa do déficit antes previsto, passando de R\$ 25,5 bilhões para cerca de R\$ 8,5 bilhões, ou seja, redução de R\$ 17 bilhões.

Esses avanços, no entanto, não são suficientes para vencer a crise.

Por isso, afirmamos que o RS precisa continuar no rumo certo. E isso passa, necessariamente, pela assinatura do acordo com a União, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal.

Portanto, a **primeira prioridade** do segundo governo Sartori-Cairolí, é preciso repetir, será aprovar a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

A **segunda prioridade** decorre da primeira e consiste em tomar todas as medidas indispensáveis para garantir a adesão ao acordo fiscal com a União, notadamente *a privatização ou a federalização de empresas estatais*.

Juntamente com o acordo fiscal e a disciplina e o equilíbrio nos gastos públicos, esses ajustes na estrutura do setor público permitirão ao governo do Estado *concentrar esforços no que é essencial para o atendimento das necessidades fundamentais do cidadão*: a prestação de serviços adequados nas áreas da Segurança, Saúde, Educação, Políticas Sociais e Infraestrutura.

A **terceira prioridade** será utilizar os três anos de suspensão do pagamento da dívida com a União para reorganizar as finanças estaduais e modernizar a gestão das diferentes esferas da administração pública, especialmente com o auxílio de metodologias e treinamentos associados à tecnologia de inovação.

O acordo fiscal permitirá ao Estado buscar novos financiamentos internacionais para investir nos programas das áreas essenciais, complementando os recursos escassos do Tesouro do Estado.

Somadas, essas prioridades conduzirão o Rio Grande do Sul a um novo **processo de desenvolvimento e mudança**. Sempre afirmamos: o ajuste fiscal não é um objetivo em si mesmo, é a única forma de retirar o Estado da insolvência para recolocá-lo a serviço da população. Isso significa prestar serviços públicos melhores, qualificar a infraestrutura, atrair novos negócios, fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas e regionais, estimular a inovação e as novas tecnologias.

Esse é o sentido mais profundo que nos move à luta. Esse é também o sonho de todos os gaúchos.

Os esforços acima indicados devem ser complementados com ações em três outras frentes.

Continuaremos firmes na reivindicação dos **ressarcimentos devidos por conta das perdas tributárias (Lei Kandir)**, mesmo cientes das dificuldades de tramitação da pauta. Ela não pode ser mote para que uma ilusão seja vendida à população. A compensação das perdas brutas do Estado declinou consideravelmente a partir de um ressarcimento de 80,4% em 1998. A partir de então, a compensação, em contraste às perdas brutas, caiu progressivamente para um patamar de 34,1% em 2002 e declinou constantemente até 18,8% em 2007, para chegar a um índice 7,8% em 2015. Nesse processo de perdas progressivas, fortemente acentuadas desde 2006, os repasses aos estados desvincularam-se do cálculo das perdas efetivamente ocorridas.

Outra *iniciativa de caráter eminentemente político* que continuará a merecer nossa total atenção refere-se à necessidade de uma **reforma tributária ampla** que redefina em termos mais equilibrados a relação entre a União e os estados. O que tem ocorrido nos últimos 20 anos é uma *progressiva concentração de receitas* na União. Essa concentração, que afeta muito negativamente

as receitas dos estados, baseia-se na capacidade legal da União ao criar novos tributos em benefício do Tesouro Nacional, sem necessidade de autorização legislativa.

Por fim, é imperioso enfrentar a crescente transferência de encargos e responsabilidades para os estados e, especialmente, para os municípios. A aprovação de uma legislação mais equânime e racional, capaz de contemplar os interesses dos estados e municípios e de viabilizar economicamente essas administrações, sem paralisar as atividades da União, é desafio complexo.

Trata-se, nesse caso, de agir politicamente em favor da **realização de uma reforma federativa**, que defina racionalmente os encargos e as responsabilidades dos Estados e dos Municípios.

Portanto, o problema da concentração de receitas na União e da transferência de encargos para os Estados e Municípios indica que uma reforma tributária desvinculada de uma reforma federativa não será suficiente.

O segundo governo Sartori se empenhará ativamente na negociação e na construção, tanto de um acordo tributário equitativo, como de uma reforma federativa equilibrada que atenda, ainda que de maneira gradual, aos interesses e às necessidades do Estado e dos municípios do Rio Grande do Sul.

A SEGURANÇA DOS GAÚCHOS

A segurança pública é um dos maiores desafios do governo gaúcho. E a gestão Sartori vem tratando-a como uma de suas maiores prioridades. Prova disso são os expressivos investimentos feitos na contratação de servidores, abertura de concurso público, aquisição de viaturas, armas e equipamentos, abertura de vagas no sistema penitenciário, fomento de parcerias entre o Estado, os municípios e a sociedade civil organizada, além de um rol de medidas legislativas, entre outras ações.

A política estadual de segurança pública está organizada em torno de cinco eixos:

- Recomposição do efetivo, na medida das possibilidades financeiras do Tesouro do Estado;
- Modernização dos equipamentos usados na ação policial (viaturas, armas, etc);
- Sistemas de gestão e inteligência policial (softwares modernos de gestão, planejamento e perícia);
- Parceria com a comunidade e com os municípios;
- Ampliação e modernização do sistema prisional.

Em todas essas frentes, podemos apontar várias conquistas:

- Investimentos de cerca de R\$ 250 milhões para a aquisição de viaturas, armas, coletes balísticos, radiocomunicadores, tecnologia, entre outros equipamentos;
- Mais de 4.000 novos servidores (policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e peritos);
- Adesão de mais de 400 municípios ao Sistema de Segurança Integrada com os Municípios (SIM);
- Formação de uma rede de parcerias comunitárias, entre as quais destaca-se a doação de viaturas, armas e equipamentos pelo Instituto Cultural Floresta, de Porto Alegre, à Brigada Militar e à Polícia Civil, com um aporte de cerca de R\$ 14 milhões;
- Sanção, pelo governador Sartori, de 45 leis destinadas à melhoria da segurança dos gaúchos. Entre as quais, a Lei dos Desmanches e as legislações que isentam de ICMS as doações à segurança pública e criam o Programa Mais Efetivo, o Fundo Comunitário Pró-Segurança e normas de segurança para instituições bancárias. Outro avanço significativo, que está em tramitação na Assembleia Legislativa, é a criação da Lei de Incentivo à Segurança;
- No sistema penitenciário, durante o governo Sartori foram abertas mais de 2.800 vagas em presídios, com destaque para a abertura dos módulos 2, 3 e 4 do Complexo Penitenciário de Canoas (Pecan) e para a inauguração de três Centros de Triagem para presos provisórios, em Porto Alegre;
- Outros dois presídios estão sendo construídos por meio do programa de permuta de imóveis – iniciativa pioneira, que visa a trocar áreas do Estado por obras no sistema prisional. Somadas, as unidades penitenciárias agregarão mais 836 vagas.

O resultado desse esforço já pode ser visto não apenas na percepção da população de que a segurança está melhorando, mas, também, de forma muito concreta, na queda de vários indicadores criminais.

O primeiro semestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017, apresentou queda em 16 dos 17 índices aferidos e divulgados pela Secretaria da Segurança Pública, com destaque para a diminuição de 25,7% nas ocorrências de homicídio doloso, 35,6% de latrocínio, 22,7% de roubos, 14,2% de furtos, 15,5% de furto de veículos e 8,6% de roubo de veículos.

Apesar dessas mudanças, a segurança precisa de novas iniciativas. É preciso manter o rumo certo, e avançar ainda mais.

Por isso, as medidas implantadas até o momento devem ser reforçadas pelas seguintes ações:

- Ampliar o **efetivo** das forças de segurança, com a inclusão gradativa dos 6.100 aprovados no último concurso;
- Fortalecer o **Programa Mais Efetivo**, com o **reaproveitamento de aposentados** da Polícia Civil, do Instituto-Geral de Perícias (IGP) e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e de reservistas da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;
- Ampliar os investimentos em **tecnologia**, especialmente em sistemas de comunicação, georreferenciamento, videomonitoramento, cercamento eletrônico, bloqueadores de celular e inteligência artificial, com intuito de agilizar, qualificar e otimizar a prestação dos serviços de segurança pública;
- Concluir a implantação das **Áreas Integradas de Segurança Pública**, com base nas áreas geográficas e operacionais dos órgãos de segurança pública e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico (Coredes), desenvolvendo ações integradas de forma estruturada e permanente, calcadas em um processo de governança com metas e indicadores de resultados;
- Ampliar a visibilidade policial nas ruas, modernizando a estrutura do policiamento ostensivo preventivo, com a aquisição de viaturas adequadas, armamento potente e tecnologia;
- Ampliar as bases de policiamento comunitário em parceria com os municípios, principalmente nos bairros mais violentos das médias e grandes cidades;
- Ampliar e fortalecer as patrulhas rurais da Brigada Militar, destinando efetivo especializado, camionetas 4x4, armamento e tecnologia, para combater o abigeato e crimes rurais;
- Dar continuidade aos investimentos para o aumento de vagas no sistema penitenciário, com a construção, a reforma e a ampliação de unidades prisionais;
- Estimular e fortalecer o programa de permutas de imóveis públicos pela construção de novas casas prisionais;
- Ampliar a utilização de tornozeleiras eletrônicas, de modo a desafogar a superpopulação dos presídios;
- Ampliar os programas e ações de reinserção de ex-apanados no mercado de trabalho, mediante um sistema de incentivos à empregabilidade, à capacitação profissional e à formação educacional dos apenados;
- Investir no tratamento penal, trabalho, saúde, educação e religiosidade como instrumentos de reinclusão social;

- Ocupar os novos estabelecimentos prisionais de maneira qualificada e diferenciada, com trabalho, disciplina, educação e uso de uniformes, como já vem sendo implantado nas novas unidades com a presença plena do Estado;
- Fomentar a implantação do método Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) como alternativa penal no interior do Estado, como forma de desafogar o sistema prisional e possibilitar melhores condições de reinserção social por parte dos apenados;
- Estimular as ações necessárias para ampliar a utilização da videoaudiências em Porto Alegre e no interior do Estado, visando a reduzir custos com deslocamentos e escoltas de presos, além de dar maior celeridade na instrução processual;
- Retirar a Brigada Militar da administração da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), por meio da ampliação do efetivo da Susepe;
- Criar a Subsecretaria de Administração Prisional, com o objetivo de coordenar a macrogestão dos serviços prisionais, em especial a ampliação de vagas, priorizando e dando celeridade aos processos de construção, ampliação e modernização de presídios;
- Fortalecer a capacidade investigativa da Polícia Civil, investindo em recursos humanos e tecnológicos, principalmente nas regiões com maiores índices de criminalidade;
- Ampliar e fortalecer as Delegacias Especializada de Repressão aos Crimes Rurais e de Abigeato (Decrabs) no interior do Estado – atualmente, duas estão em funcionamento e outras três em processo de instalação;
- Expandir e fortalecer o Departamento Estadual de Investigação Criminal (Deic), o Departamento Estadual de Investigação do Narcotráfico (Denarc) e as Delegacias de Repressão ao Crime de Lavagem de Dinheiro (DRLD);
- Descentralizar as perícias criminais de baixa complexidade para as Coordenadorias Regionais de Perícias do interior do Estado, visando a reduzir custos e dar mais agilidade no atendimento à população;
- Reorganizar as Coordenadorias Regionais de Perícias (CRPs), de modo a garantir a convergência jurisdicional com as demais vinculadas da Secretaria da Segurança Pública para melhoria dos fluxos e processos de trabalho integrados;
- Melhorar a estrutura predial dos postos de identificação do interior, além de dotá-los de novos equipamentos, com o objetivo de qualificar as condições de trabalho dos servidores e o atendimento ao cidadão;
- Implementar um banco de dados de imagem facial de desaparecidos e de foragidos junto ao Instituto-Geral de Perícias (IGP);
- Efetivar o cercamento eletrônico do Estado, por meio da integração tecnológica das câmeras de segurança, públicas e privadas, do Estado, da União, dos municípios e da sociedade civil organizada, instaladas nas cidades e rodovias;
- Integrar e compartilhar as bases de dados do Estado com as bases dos demais entes federados, dentro do Sistema Único de Segurança Pública (Susp);
- Incentivar a criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGI-M), como forma de trocar experiências entre os diversos níveis do poder público e a sociedade civil organizada na área da segurança pública;

- Ampliar as ações de prevenção e repressão ao consumo de drogas e aos crimes contra a vida, contra o patrimônio e ao tráfico de entorpecentes;
- Melhorar a presteza e a qualidade do atendimento aos cidadãos nos órgãos policiais, tanto nas chamadas de emergência, quanto no registro das ocorrências ou na prestação das informações;
- Fortalecer os mecanismos de transparência e ampliar, por meio do Observatório da Segurança Pública, a difusão dos indicadores criminais e operacionais, contribuindo com a redução de demandas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Qualificar e ampliar as redes de atendimento à mulher, com fortalecimento da Patrulha Maria da Penha, da Sala Lilás, das Delegacias de Atendimento à Mulher, entre outros instrumentos;
- Fortalecer e ampliar o Programa Mediar, como instrumento de justiça restaurativa no âmbito das delegacias de polícia, com foco na redução da violência doméstica;
- Investir em ações de prevenção primária, com a integração efetiva dos programas sociais desenvolvidos pelas instituições de segurança, como Proerd, Papo de Resposta, Bombeiro Mirim, entre outros, com as Comissões de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipaves) e outras iniciativas do Estado.
- Fortalecer as políticas públicas de proteção e atendimento a grupos vulneráveis;
- Concluir o processo de informatização para o trâmite dos Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCIs), em todas as fases;
- Ampliar as unidades de Bombeiros Comunitários em parceria com os municípios.

A EDUCAÇÃO PARA O FUTURO DO RIO GRANDE

A rede pública estadual de ensino atende a cerca de 1 milhão de crianças e jovens, contando com 2.539 estabelecimentos de ensino e 85.382 mil servidores em atividade nas funções de docência, técnicas e administrativas. Esse sistema representa cerca 50% de todas as matrículas escolares disponíveis no Estado.

Nenhum outro serviço público se compara em importância e impacto social, dado ao enorme potencial da educação para melhorar todos os demais indicadores de desenvolvimento econômico e social, afetando de modo particular o nível de renda de indivíduos e famílias.

Apesar da reconhecida importância, a educação pública do Rio Grande do Sul continua a enfrentar pelo menos dois graves problemas. O primeiro refere-se à excessiva politização das relações entre as lideranças sindicais do magistério e o governo do Estado. O segundo diz respeito ao desempenho insatisfatório da aprendizagem, expresso nas diversas avaliações feitas no Brasil e no Estado.

A relevância do tema para o futuro dos gaúchos e do Rio Grande deveria ser suficiente para o desenvolvimento de um novo padrão de relacionamento racional, baseado na convergência em torno de objetivos comuns. Esse é um requisito necessário e indispensável: ***é preciso substituir a lógica do conflito pela lógica da cooperação***; a paixão pela razão.

Para vencer os desafios concretos, a política educacional do governo Sartori está baseada na valorização dos seguintes meios de ação: ***diálogo, abertura, inovação e modernização da gestão educacional e escolar***.

Alguns aspectos da atual situação escolar do Estado saltam à vista. Em primeiro lugar, é preciso *readequar e redimensionar a rede de escolas públicas*, levando em consideração a diminuição da demanda de alunos, de modo a melhorar a alocação de recursos físicos, econômicos e humanos e aumentar a eficiência dos investimentos.

É igualmente importante ter em conta que, do orçamento geral da Secretaria da Educação (R\$ 9 bilhões em 2018), aproximadamente 90% é destinado para o pagamento de 192.815 servidores ativos e inativos. (85.382 ativos e 107.433 inativos).

Impõe-se, portanto, uma reforma da legislação que atente para essa realidade e que, paralelamente, demonstre que *as alterações decorrentes de uma reforma adequada poderão contribuir para melhorar as condições salariais gerais dos professores*. A readequação do quadro funcional deve levar em conta as necessidades de qualificação da área, as demandas da sociedade e as condições gerais de trabalho do quadro funcional.

Não é mais possível fugir ou ignorar esse grave problema. Esse objetivo *estratégico* deve ser assumido pelo poder público e *implantado progressivamente em prazos compatíveis com a melhoria das finanças públicas*.

Caso essa reforma não for posta em prática, irão persistir os problemas de recrutamento de quadros qualificados, a evasão e a baixa autoestima de professores e funcionários e, em consequência, a má qualidade da educação que caracteriza o presente estado das coisas.

Área pedagógica: o núcleo crítico

O coração do sistema é a sua área pedagógica, na qual várias iniciativas e reformas estão sendo encaminhadas em consonância com a legislação em vigor que se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017, serve como referência para a construção e adaptação de currículos de todas as redes de ensino do país.

De acordo com essa legislação, as redes e as escolas seguem com autonomia para elaborar, por meio do currículo, metodologias de ensino, abordagens pedagógicas e avaliações, levando em conta elementos de diversidade local e indicando como os temas e as disciplinas se relacionam.

A BNCC e os currículos são complementares: a BNCC estabelece o rumo da educação, especificando onde se deseja chegar, enquanto os currículos tratam dos caminhos para alcançar os objetivos prescritos.

No Rio Grande do Sul, de forma pioneira no país, a construção desse novo caminho ***acontece de maneira integrada entre as redes municipais, estadual e privada, por meio de parceria inédita entre governo do Estado, União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS).***

A consolidação desse empreendimento coletivo está prevista para o segundo semestre de 2018 e implementação para 2019. O Referencial Curricular Gaúcho busca agregar temáticas regionais como história, cultura e diversidade étnica e racial de forma complementar à BNCC.

Em relação ao Ensino Médio, o desafio é ainda maior, por se tratar de responsabilidade precípua da esfera estadual. ***O Rio Grande do Sul acompanha a implementação da BNCC para o Ensino Médio por meio de um amplo debate na sua rede de 1.085 escolas,*** através da realização de eventos como o Dia D e a disponibilização de plataformas para receber sugestões, que serão consolidadas em 2019, em um segundo mandato da atual gestão estadual.

A ideia central é contemplar a diversificação curricular, levando em conta a necessidade de articulá-la com o núcleo básico de disciplinas que se tornaram indispensáveis no mundo contemporâneo, entre outras, as ditas científicas e humanas, como a matemática e o português.

Ao mesmo tempo, é necessário tornar o ensino mais atrativo e adequado às necessidades e aos interesses dos jovens do século 21, no qual funções administrativas e trabalhos repetitivos estão e continuarão sendo afetados e substituídos pelas novas tecnologias da informação. De forma complementar, *é preciso universalizar o acesso ao ensino secundário, assegurando a matrícula de*

jovens de 15 a 18 anos, uma vez que aproximadamente 40% dessa faixa etária se encontra fora da escola.

Mudar, acompanhar, avaliar

Esta é a tarefa e o processo à nossa frente. Em 2017, o governo do Estado reativou o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar (Saers) que avalia as escolas de forma dinâmica e serve como bússola para a correção de rumos pedagógicos nas escolas. Com dados sobre o ano letivo de 2016, o exame confirmou que, nos anos iniciais, os alunos têm conseguido médias no padrão adequado, mas, na medida em que avançam na escola, o nível de aprendizado e proficiência decai. No Ensino Médio, predomina o padrão “abaixo da média”.

A volta do Saers, que havia sido abandonado seis anos atrás, é fundamental para qualificar nossa educação. A partir de seus diagnósticos, diversas ações foram colocadas em prática. A primeira delas foi ***uma intervenção pedagógica nas escolas, priorizando as de desempenho mais baixo***. Em uma ação conjunta que envolveu a Secretaria da Educação e as 29 Coordenadorias Regionais de Educação (CRES) foram revisados os métodos de ensino utilizados pelas escolas de desempenho insuficiente.

*A expectativa é de uma redução nas taxas de repetência e evasão, problemas que precisam ser combatidos com criatividade e dedicação. Parcerias voltadas para esse objetivo já começam a dar resultados com o apoio de organizações como o **Acelera Brasil** e o **Se Liga**, ambas com o **Instituto Ayrton Senna** e o **Trajetórias Criativas**, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Nos anos iniciais, os números mostram que o avanço supera 80% na redução da taxa de evasão.*

Fazer o Rio Grande do Sul voltar a ter uma educação de referência passa pelas parcerias com as organizações da iniciativa privada e com instituições públicas universitárias de referência, como ocorre nos países em que a educação alcançou níveis de competência e resultados positivos destacados.

A Educação Profissional é um caminho privilegiado a ser trilhado com persistência e estudos e avaliações aprofundados. Também aqui as parcerias, concebidas com inteligência, podem contribuir significativamente para a qualificação de nossos jovens. Na atual gestão, a Secretaria da Educação assinou convênio com o **Sistema S** (Senac, Senai e Sesi), ***disponibilizando a formação em diversas áreas profissionais para mais de 10 mil estudantes.***

Além disso, os diretores das 26 Escolas Agrícolas (ETAs), ligadas a um setor que representa mais de 30% do PIB gaúcho, estão sendo beneficiados por meio de cursos de Fundamentos de Gestão, promovidos pelo Senac e Senar. Com 146 horas-aula de qualificação, o objetivo dessa parceria é aprimorar o modelo de gestão das escolas.

Em complemento, três profissionais de cada ETA receberão do Sebrae ***formação em Educação Empreendedora/Jovem Empreendedor***, bem como fundamentos a serem repassados aos alunos. Além disso, as escolas agrícolas assinarão termo de adesão ao Programa Gaúcho de Gestão e

Qualidade (PGQP), que tem se destacado com disseminador de práticas de qualidade em organizações públicas e privadas.

Gestão Escolar: inovação e diálogo

Entre as prioridades da Secretaria da Educação, definida no âmbito do Acordo de Resultados, está o **Projeto de Gestão Escolar** que visa a informatizar procedimentos e a agilizar processos diversos da administração das escolas.

Para atender essa demanda, estão sendo desenvolvidos dois sistemas inovadores: o **Sistema Córtex**, que foi oferecido de forma gratuita ao governo do Estado dentro do programa Escola Melhor – Sociedade Melhor, que permite que pessoas físicas ou jurídicas façam doações para a melhoria da infraestrutura da rede escolar; e o sistema conhecido como **Tua Escola**, desenvolvido pela Procergs.

Os dois sistemas estão sendo tratados de forma piloto em escolas da rede pública – sete do Tua Escola e 14 do Sistema Córtex – com resultados muito positivos, trazendo o antigo diário de classe para a era digital e possibilitando, entre outras ações, que registro de conteúdo, lista de chamada e avaliação dos alunos sejam feitos eletronicamente.

Nesta modalidade, **pais de alunos também, via aplicativos, podem conferir o desempenho dos filhos e conferir se eles estão na escola, uma vez que o boletim de frequência é on line. Só na fase de testes, mais de 10 mil alunos no interior já estão sendo beneficiados.**

A meta é que no segundo semestre a fase piloto seja superada com o início da implantação do sistema em toda a rede, o que deverá se concretizar já como meta do próximo governo a partir de 2019.

Uma **política de aproximação e diálogo** entre a Secretaria da Educação e os diretores de escolas, que operam todo o sistema na ponta, junto à comunidade escolar, pais e alunos, melhorando a gestão do sistema, deve ser intensificada no segundo mandato do governo Sartori, contando com a experiência já consolidada na atual gestão.

No início do ano letivo de 2018, uma ação intitulada **Bate-papo com os Diretores** alcançou todas as CREs. Com uma metodologia simples, o secretário da Educação e os diretores de Departamento da Secretaria conversaram diretamente com todos os diretores das 2,5 mil escolas da rede pública estadual. Foram 17 encontros pelo estado e 112 horas de reunião de trabalho.

Escolas melhores

Uma boa escola é feita também com um ambiente físico adequado. Por isso, desde o início, o atual governo dedicou atenção especial à recuperação da infraestrutura da rede pública escolar, tendo em vista a sua situação muito precária.

Já foram entregues 699 obras de recuperação e melhorias, com investimento de R\$ 90 milhões.

Outras 160 obras estão em andamento, com a aplicação de R\$ 22 milhões.

Mais 79 obras estão em licitação, com orçamento de R\$ 70 milhões. E duas mil escolas executam projetos de PPCI, em um total de R\$ 26 milhões investidos.

Apenas por meio do programa de Autonomia Financeira das Escolas, no qual os diretores recebem verbas para serem aplicadas diretamente em reformas e ampliações, foram investidos, desde o início da atual gestão, R\$ 133 milhões, beneficiando 1.003 escolas.

Também no trabalho de recuperação da parte elétrica das escolas estaduais, deteriorada por décadas sem manutenção, o governo do Estado nomeou engenheiros elétricos e engenheiros civis para atuarem na força-tarefa.

Além disso, 11 universidades foram contatadas e aceitaram, de forma voluntária, uma parceria para atuar nas escolas. Pelo projeto, alunos prestes a se formar e professores, sob supervisão de engenheiros da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação, desenvolvem projetos de reforma elétrica nas escolas.

A proposta para o segundo mandato é manter o ritmo de obras – ampliação e reformas – e redobrar esforços para dotar, progressivamente, nossas escolas de equipamentos e meios que potencializem a aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas e salas digitais.

Cipave e Escola Melhor: grandes inovações

O programa ***Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipave)***, inicialmente concebido em Caxias do Sul, já está presente em 2.500 escolas da rede estadual.

O programa envolve professores, alunos, comunidade e órgãos públicos, como representantes das prefeituras e Ministério Público, e tem como objetivo buscar soluções que desenvolvam a cultura da paz nas escolas.

O Cipave, na realidade, transcende o objetivo de prevenir acidentes e violência, pois ajuda a ***criar um ambiente mais saudável no relacionamento entre os alunos, beneficiando o processo de aprendizagem.***

Nos próximos quatro anos, a meta é consolidar e aprimorar ainda mais o programa, com a parceria da Corporação Andina de Fomento (CAF), que selecionou a Cipave como uma das cinco ações que serão apoiadas pela entidade na América Latina.

O programa ***Escola Melhor, Sociedade Melhor*** permite que pessoas físicas e jurídicas façam doações diretamente às escolas, reforçando os laços de responsabilidade e solidariedade na educação.

Atualmente, cerca de 700 escolas da rede pública estadual foram beneficiadas por mais de ***411 parcerias, com R\$ 2 milhões em doações.*** Os recursos foram aplicados em construções de áreas

cobertas, manutenções, acessos, plataformas de acessibilidade para os alunos com deficiência, materiais de sala de aula e de informática.

Além de dar continuidade aos programas acima mencionados, o próximo governo Sartori deverá dar atenção especial às seguintes ações:

- *Escola de tempo integral no Ensino Médio*: dar prosseguimento à implantação da escola em tempo integral no Ensino Médio, iniciado em 2018, com 12 escolas;
- *Expansão do tempo de permanência do aluno*: ampliar o tempo de permanência dos alunos do Ensino Básico em toda a rede estadual;
- *Ensino de língua estrangeira*: aprimorar e expandir o ensino de línguas estrangeiras na rede, notadamente do espanhol e do inglês;
- *Escola acessível e acolhedora*: incluir alunos com deficiência nas escolas regulares, implantando o programa de apoio, qualificação de Recursos Humanos, contratação de profissionais com formação adequada e investimento em acessibilidade, iniciativas que começaram a ser implementadas a partir de 2015;
- *Inclusão digital*: universalizar o uso de tecnologias da informação como ferramentas pedagógicas inovadoras;
- *Formação docente*: qualificar, de forma permanente, professores e funcionários da rede pública estadual, principalmente para atender ao aluno do século 21 e qualificá-lo para enfrentar os desafios do presente.

A SAÚDE PÚBLICA: ATENÇÃO BÁSICA, REGIONALIZAÇÃO E PRESTEZA

A política de saúde deve persistir na busca dos objetivos de ***ampliar as ações voltadas para a atenção básica, regionalização da medicina especializada e presteza no atendimento ao cidadão.***

Desde sua criação, o SUS procura desenvolver e aprimorar a descentralização das ações de saúde, por meio da regionalização e da municipalização do planejamento, da gestão e da execução dos serviços.

Embora haja grande concordância quanto à melhoria dos indicadores básicos de saúde no Brasil, que se refletem principalmente na queda da mortalidade infantil e na elevação da expectativa de vida dos brasileiros, é preciso reconhecer que o SUS ainda está muito distante de atender, com eficiência e agilidade, às necessidades dos brasileiros.

A precariedade do atendimento hospitalar de emergência e dos tratamentos especializados se expressa na falta de vagas para internações, na demora, às vezes de meses, para a realização de consultas, cirurgias e revisões, na ausência de estruturas adequadas de UTIs, apenas para citar as carências mais evidentes.

De outra parte, as políticas preventivas ainda apresentam um alcance extremamente limitado. Apenas a metade da população brasileira é atendida na Estratégia de Saúde da Família (54% de cobertura). Na falta de cuidados básicos preventivos e de diagnósticos precoces, as pessoas são acometidas por doenças que poderiam ser evitadas, onerando ainda mais o sistema. Além disso, a saúde pública enfrenta novos desafios no plano nacional, e também regional, com o crescimento da drogadição – especialmente do consumo de crack – e da elevada prevalência de alcoolismo entre adolescentes e jovens, bem como a alta incidência de Aids no Rio Grande do Sul.

Finalmente, como agravantes, a saúde pública dos brasileiros é, ainda, afetada por outros fatores estruturais, entre os quais, a condição de pobreza e desnutrição em que ainda se encontram milhões de pessoas e a precaríssima estrutura de saneamento básico, responsável pela geração e pela transmissão de dezenas de doenças que afetam principalmente as famílias e as crianças que vivem nas periferias das médias e grandes cidades.

O Rio Grande do Sul não é exceção nesse cenário de desafios e problemas, muito embora o Estado não se encontre entre os de pior situação no contexto nacional. Apesar de o RS já contar com uma ampla rede de prestação de serviços hospitalares no âmbito do SUS, com 350 hospitais de diversas naturezas jurídicas (filantrópicos, públicos municipais, privados, federais e estaduais.), ainda nos deparamos com uma distribuição geográfica bastante desigual e concentrada de serviços.

Apesar dos esforços dos últimos governos – de vários partidos – na promoção da regionalização do atendimento de média e alta complexidade, apenas 60% das necessidades de assistência e de procedimentos especializados são atendidas pela rede pública ou conveniada. Neurocirurgias, procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia e politraumatismos ainda dependem de deslocamento para a capital.

A expansão desses serviços, em andamento, se dá por meio da regionalização do atendimento a partir das cidades-polos das macrorregiões: Santa Maria, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Lajeado. Em muitas dessas cidades-polo já existem disponíveis serviços de alta complexidade, em alguns casos, como o de Passo Fundo, amplos e diversificados.

De outra parte, embora o RS tenha sido um dos primeiros Estados brasileiros a adotar políticas de atenção básica à saúde, por meio do Programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde do inovador Primeira Infância Melhor (PIM), direcionado ao desenvolvimento pleno de saúde e capacidade cognitiva dos bebês e crianças, ainda temos um largo caminho a percorrer em direção à universalização dessas importantes ações de prevenção e promoção de saúde.

No próximo governo, a meta é ampliar a cobertura da população no programa **Estratégia de Saúde da Família**, bem como a cobertura do programa **Primeira Infância Melhor**. ***Essas ações são fundamentais para o desenvolvimento saudável dos bebês e para a prevenção de doenças em todas as faixas etárias.***

Os serviços de saúde envolvem, com diversos graus de responsabilidade, governo federal, Estado e municípios. Por isso, a cooperação institucional é essencial para o bom funcionamento do sistema. Para isso, é necessário não apenas vontade e determinação, mas a criação de mecanismos de financiamento e incentivos que promovam a adesão das partes.

Mas, além de vontade e determinação, é necessário obter os recursos financeiros suficientes para o cumprimento dos percentuais constitucionais previstos para a área da saúde (12%). ***A administração Sartori, com toda a calamidade financeira, aplicou os valores destinados à saúde.***

Mas isso não é suficiente. O compromisso da coligação *RIO GRANDE NO RUMO CERTO* é manter a prioridade da área, com a meta de tornar o RS referência nacional em todos os indicadores de saúde pública.

Nesse sentido, uma grande conquista merece registro: ***o RS atingiu a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil, com 9,97 óbitos para cada 1.000 nascimentos.***

Este é o caminho:

- *Ampliar a atenção básica.* Elevar substancialmente a cobertura das ações de atenção básica, ampliando as parcerias com os municípios.
- *Ajustar o perfil da prestação dos serviços de saúde ao momento de transição demográfico-epidemiológico em que se encontra o RS.* Dar atenção ao aumento da população da chamada terceira idade e à redução relativa da população infantil na pirâmide etária. Este fenômeno exige um reposicionamento dos serviços de saúde que precisam se preparar para atender, em maior proporção, aos problemas cardiovasculares, às neoplasias e às doenças mais frequentes nas pessoas idosas.
- *Garantir as consultas.* Ampliar o acesso e agilizar as consultas de baixa complexidade. Em parceria com os municípios, ampliar o horário de atendimentos dos postos de saúde,

especialmente nas regiões de maior concentração populacional e de reconhecida grande demanda dos serviços.

- *Intensificar a regionalização do atendimento de média e alta complexidade.* Ampliar os esforços de regionalização do atendimento de média e alta complexidade, para que as necessidades sejam atendidas na região em que as famílias vivem.
- *Maior atenção à infância e às mães.* Fortalecer as políticas preventivas e de promoção da atenção básica direcionadas à infância e atenção materna, fortalecendo a presença do Primeira Infância Melhor e da atenção pré-natal nas comunidades.
- *Gestão eficiente.* Qualificação dos gestores, sistemas tecnológicos de suporte e diagnósticos epidemiológicos; melhoria dos sistemas de avaliação do impacto, efetividade e resolutividade das ações e programas na saúde dos gaúchos.
- *Estimular o envelhecimento ativo.* Em longo prazo, o envelhecimento populacional representa oportunidade para repensar o modelo de saúde e o que fazer para que anos ganhos com a expectativa de vida sejam revertidos em anos de vida saudável, de acordo com o que é definido pela organização mundial da saúde.
- *Adequar à demanda as instituições de longa permanência para idosos.* A institucionalização é a modalidade de serviço mais conhecida e principal alternativa entre as não familiares para idosos que necessitam de cuidados de longa duração.
- *Implantar serviços domiciliares de cuidados paliativos.* O cuidado paliativo domiciliar de pacientes em fase terminal desempenha um papel importante na família, reduzindo os riscos inerentes à hospitalização. Do ponto de vista da gestão, os cuidados paliativos são uma alternativa importante na redução de custos para o sistema de saúde.
- *Apoiar o cuidador informal.* Uma estratégia complementar a priorizar é o cuidado domiciliar. Nela, o cuidador informal terá um protagonismo central, o que faz com que programas que qualificam os potenciais cuidadores informais devem ser considerados em políticas públicas.
- *Avaliar e monitorar os programas.* Um processo avaliativo é essencial, pois fornecerá informações que impliquem ações corretivas, tendo papel fundamental na melhoria da política avaliada.
- *Rediscutir os critérios de definição do idoso.* Existem muitos estudos considerando como critério para definição de idoso a necessidade e não mais a idade. Pesquisas propõem inclusive definir o idoso de uma forma reversa, ou seja, quantos anos a pessoa vai viver.
- *Criar um programa de práticas integrativas na saúde,* envolvendo agentes comunitários de saúde e a Emater RS. Ampliar o alcance multidisciplinar do atual sistema, que hoje tem uma lógica estatal e curativa para uma dinâmica mais comunitária e preventiva.

DOS PROGRAMAS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS: UM PASSO ADIANTE

A política social desenvolvida pelo governo Sartori, e que deve ser intensificada no segundo mandato, converge para três grandes objetivos: ampliar as políticas públicas socioculturais, fortalecer as políticas sócio-educacionais e promover a inclusão social.

Todas elas visam a ***gerar oportunidades para uma vida melhor aos que mais precisam***.

Para atingir esse grande objetivo, a política social tem se orientado pelos seguintes princípios.

- *Intersetorialidade*: As políticas públicas sociais devem comunicar-se entre todos os órgãos de governo (coordenadorias, departamentos, secretarias e órgãos vinculados), de modo a atender a complexidade e a abrangência da realidade social, tendo como objetivo a promoção de políticas sociais e a cultura da paz;
- *Gestão eficiente e sensível às desigualdades regionais*: Maximização de resultados no âmbito da inclusão social e da geração de oportunidades; descentralização do atendimento na interlocução com os gestores municipais, dando enfoque às populações em vulnerabilidade social;
- *Fomento às parcerias com o terceiro setor*: Estímulo aos projetos voltados para o desenvolvimento social em articulação com as entidades não governamentais e com o terceiro setor, no âmbito de suas competências.

A partir desses princípios orientadores, o governo Sartori promoveu diversas ações e realizações na política social. Mesmo com as dificuldades financeiras, ***a combinação de determinação, articulação e criatividade produziram bons resultados***. Alguns exemplos são suficientes para demonstrar os avanços.

- O programa *Cipave*, já referido antes, foi implantado em 2.500 escolas, criando um ambiente escolar mais seguro e favorável ao aprendizado.
- O programa *Nota Fiscal Gaúcha* distribuiu mais de R\$ 30 milhões a centenas de entidades sociais que cuidam dos segmentos mais vulneráveis.
- O pioneiro programa *Escolha o Destino*, que viabiliza doações do Imposto de Renda para projetos sociais, já destinou mais de R\$ 5,4 milhões de reais para dezenas de entidades sociais.
- O *Programa de Oportunidade e Direitos (POD)* já está iniciando obras de 6 novos Centros da Juventude, que devem atender a milhares de jovens, oferecendo atividades culturais e capacitação profissional.
- O programa *Prato para Todos* atende a mais de 50 mil pessoas todo mês. Além da alimentação, oferece informação nutricional, combate ao desperdício e apoio a jovens dependentes químicos.
- Na Fase RS, foram investidos R\$ 10 milhões em 9 unidades-escola.
- Foram instaladas 80 câmeras de videomonitoramento.
- 5.600 pessoas foram capacitadas para atuar na Assistência Social.
- O Fundo Estadual de Assistência Social beneficiou 27 mil famílias.

A política social no rumo certo: ampliar a rede, melhorar a qualidade das ações e fortalecer parcerias.

- *Políticas para a Primeira Infância.* Solidificar e ampliar o *Programa Criança Feliz*, já presente em mais da metade dos municípios, atendendo a gestantes e bebês por meio de visitas domiciliares.
- *Prevenção e oportunidade para a juventude.* Fortalecer as políticas públicas para a juventude, por intermédio do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) e dos Centros da Juventude, ofertando formação profissionalizante, empreendedorismo juvenil e educação social de jovens em vulnerabilidade, em alinhamento com a busca pela cultura da paz.
- *Políticas de acolhimento de vulneráveis.* Ampliar o acolhimento institucional de forma complementar e transitória, por meio da Fundação de Proteção Especial (FPE), cumprindo a missão de educar, proteger e proporcionar plenas condições para o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos acolhidos.
- *Políticas para os Adolescentes em Conflito com a Lei (ressocialização).* Reduzir a violência juvenil com programas de reinserção social e acompanhamento familiar dos adolescentes egressos da Fase RS em parceria com o Ciee; ampliar a rede de internação com a regionalização das unidades da Fase RS, possibilitando ao adolescente em conflito com a lei cumprir a medida socioeducativa mais próximo de sua família; ampliar os atendimentos psicossociais nas unidades da Fase RS com o acompanhamento da evolução psicossocial dos internos por meio de atendimentos programados com psiquiatras, psicólogos e pedagogos; ampliar a qualificação profissional dos internos, promovendo a sua reinserção social por meio da qualificação profissional para o mercado de trabalho.
- *Políticas na Área de Promoção de Direitos e Acesso à Justiça.* Consolidar e ampliar as políticas de Justiça Restaurativa e a difusão de uma cultura da paz – essencial para a solução de conflitos de forma não violenta.
- *Políticas de Fomento ao Trabalho e Geração de Renda.* Fortalecer o atendimento ao cidadão ampliando os serviços de intermediação de mão de obra, seguro-desemprego, carteira de trabalho, projetos de emprego e renda, e qualificação profissional por meio das Agências FGTAS/Sine; incentivar a profissionalização da atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e apoio à comercialização; fomentar novas parcerias, por meio da Lei da Solidariedade, para a geração de renda e de oportunidades.
- *Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades.* Fortalecer e qualificar a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (Faders), no sentido de propor, articular, coordenar e promover, em conjunto e por meio da participação da sociedade, a implantação de políticas públicas que garantam a cidadania das Pessoas com Deficiência e das Pessoas com Altas Habilidades, em todas as áreas de atuação do Estado.
- *Políticas de Combate à Dependência Química.* Fortalecer e consolidar as iniciativas virtuosas na conscientização antidrogas, em alinhamento com as políticas que promovem a cultura da paz; manutenção e ampliação do programa *RS Sem Drogas*, com enfoque sobre a prevenção, o cuidado, a atenção e a autoridade sobre os usuários de drogas.

- *Políticas para as Mulheres (articulação e fomento ao atendimento especializado)*. Fortalecer o Programa Mulher Vida e Direitos com a promoção da autonomia das mulheres, por meio de capacitação, empreendedorismo e oportunidade de trabalho; ampliar a rede de atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência, sobretudo, com a realização de parcerias com os municípios e a articulação das Salas Lilás e dos centros de referência para a proteção da mulher; implementar o programa *Mulheres do SUAS*, que visa ao fortalecimento de vínculos familiares, ao combate ao feminicídio, à prevenção à violação de direitos e à emancipação social.
- *Políticas de Defesa do Consumidor*. Ampliar e fortalecer o acesso às políticas de proteção do consumidor, tais como os balcões de atendimento aos consumidores; fortalecer a conscientização e a capacitação dos gestores municipais sobre as políticas de defesa do consumidor; fomento à criação de Procons municipais, gerando a descentralização do atendimento e a ampliação do número de convênios e parcerias.
- *Políticas de Direitos Humanos e Cidadania*. Efetivar e consolidar os Planos Decenais de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos da Pessoa Idosa; incentivar os municípios a criarem seus fundos municipais da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa; criar os planos decenais de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, População Negra, População Indígena, Quilombolas e Diversidade Sexual; apoiar a implantação dos Conselhos Municipais referentes à promoção de direitos nos municípios, além da realização de eventos de capacitação estadual para conselheiros tutelares; implementar e efetivar a rede estadual intersetorial de enfrentamento à violência étnico-racial; fortalecer e articular as políticas públicas voltadas para a temática de direitos humanos.
- *Políticas de Assistência Social*. Ampliar os atendimentos, as orientações técnicas e as capacitações dos municípios para o aperfeiçoamento de programas sociais, de forma regionalizada; fortalecer e ampliar a educação permanente por meio do EducaSUAS e CapacitaSUAS com a perspectiva de capacitar 10.000 trabalhadores, gestores e conselheiros municipais nos próximos quatro anos; incentivar a ampliação do número de municípios aderentes ao Sistema de Segurança Alimentar (Sisan); incentivar a ampliação do número de municípios gaúchos aderentes ao Programa Criança Feliz, em articulação com o programa Primeira Infância Melhor; ampliar o programa RS Acolhedor que visa a executar o acolhimento institucional provisório aos usuários SUS/SUAS oriundos do interior que estejam em trânsito em cidades-polo de atendimento especializado em saúde, sem condições de auto sustentabilidade, visando a ofertar proteção integral com recursos materiais, alimentação, higienização e apoio psicossocial.

GESTÃO: EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

No governo Sartori, a administração pública incorporou as modernas ferramentas de gestão há muito utilizadas no setor privado. O desafio da governança e gestão orientada para resultados exigiu e exige planejamento, integração e uso de metodologias de avaliação e resultados.

Desde janeiro de 2015, o governo desenvolveu o **MAPA ESTRATÉGICO**, composto por quatro eixos que organizam as ações governamentais: *Social, Econômico, Infraestrutura e meio ambiente, e Governança e gestão*.

Com base no **MAPA**, foi estabelecido um conjunto de objetivos estratégicos com o respectivo desdobramento em metas formalizadas por meio do **ACORDO DE RESULTADOS**.

Os objetivos do novo modelo de gestão podem ser sintetizados assim: **mais responsabilidade na gestão, mais eficiência nos serviços e mais benefícios para a sociedade**.

Já no primeiro ano da administração, o governo assinou Acordos de Resultado com todas as secretarias e órgãos da administração direta e indireta, monitorando indicadores de desempenho, projetos prioritários, bem como ações de eficiência de gestão. Iniciamos, também, um trabalho de avaliação de impacto buscando identificar a efetividade das políticas públicas e serviços financiados pelo orçamento estadual.

No total, ***o modelo monitora 3.175 projetos e indicadores, com mais de 2.000 ações entregáveis à sociedade***.

Já avançamos muito, mas precisamos aprimorar ainda mais o modelo de governança. Para isto, vamos perseguir os seguintes objetivos complementares:

- Traduzir a estratégia de governo de forma a ser compreendida pela operação (definição de objetivos e metas e entregas claras para a sociedade);
- Transformar a estratégia do governo em tarefa de todos. Todos em uma mesma direção, todos em busca dos mesmos objetivos;
- Transformar a gestão em processo contínuo (modelo de governança e gestão construído para o Estado e não para este governo);
- Mobilizar lideranças para as mudanças necessárias – envolvimento da liderança desde a construção do processo até a execução do processo de gestão.

A mudança do modelo de gestão contemplou, ainda, um conjunto de ações de modernização dos processos administrativos. Entre as quais, podemos citar as seguintes:

O Proa, que é novo processo administrativo totalmente digitalizado, eliminou o meio físico e trouxe mais agilidade, além de economia em papel.

O Sistema de Gerenciamento de Obras (SGO), também totalmente digital, agregou todos os dados referentes às obras em um mesmo ambiente, oferecendo uma visão sistêmica das demandas.

O sistema SOL, de licenciamento ambiental, agilizou de forma extraordinária a liberação das licenças, de 900 para apenas 40 dias.

Nova ferramenta digital está promovendo o recadastramento do patrimônio imobiliário do Estado.

Foi ainda implantado o recadastramento, via digital, dos servidores públicos ativos. Atualizadas, as informações geram maior segurança na confecção da folha de pagamentos. A Celic também foi transformada em subsecretaria com maior autonomia para realização da tarefa de compras e contratações pelo menor custo de mercado.

Para assegurar a transparência, o governo Sartori ampliou o acesso social às informações governamentais, por meio de vários mecanismos, entre os quais, o *Dados Abertos*, *Portal da Transparência* e o pronto atendimento via *Lei de Acesso à Informação*. No aplicativo *Pilas* é possível acessar diversos dados das finanças estaduais, como receita e despesa, além dos vencimentos dos servidores e agentes públicos.

Vale registrar que, apesar das dificuldades financeiras, o governo procedeu as promoções ou progressões na maioria das carreiras do serviço público. Por exemplo, a carreira de técnicos científicos não tinha promoção desde 2009. Além disso, o governo autorizou a realização de concursos nas principais carreiras da administração pública, visando à manutenção mínima de pessoal e à sucessão de aprendizado e experiência nas funções do Estado.

Visando à consolidação do novo modelo de gestão, é indispensável manter o rumo certo e colocar em práticas as seguintes ações:

- Manter a avaliação permanente das estruturas administrativas do Estado;
- Aumentar o acesso dos cidadãos a ferramentas digitais para agilizar a prestação de serviços públicos;
- Disseminar o processo de gestão até a base da organização pública, alcançando todos os servidores das secretarias e suas vinculadas;
- Implementar a gestão local em todas as secretarias e vinculadas pela utilização de ferramentas digitais, via internet;
- Capacitar os servidores para disseminação da sistemática do modelo de gestão nas unidades administrativas descentralizadas;
- Diminuir as camadas administrativas do governo, privilegiando a regionalização e a unificação de estruturas, o que gera queda nos custos e aproxima a população dos serviços públicos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Estratégias e ações para o desenvolvimento econômico

A política de desenvolvimento do governo Sartori tem os seguintes objetivos centrais: incentivar o empreendedorismo, promover a inovação e a incorporação de novas tecnologias e diminuir as desigualdades regionais.

A indústria de transformação, o principal segmento da nossa indústria, tem sentido forte impacto da crise econômica nacional. Setores como alimentos, calçados, fumo e móveis se deparam com dificuldades decorrentes da perda de competitividade e da elevação dos custos internos.

Já os setores de bens de capital, especialmente máquinas e equipamentos para a agricultura, indústria extrativa e indústria de transformação nacional, vêm mostrando dinamismo superior ao nacional, induzindo ganhos de produtividade.

No entanto, ainda estamos diante do grande desafio de elevar o padrão tecnológico da indústria gaúcha, sem o qual corremos o risco de ficarmos para trás na corrida da competitividade. Já estamos vivendo a Quarta Revolução Industrial, caracterizada pela digitalização dos processos de produção, pelo uso crescente de Inteligência Artificial, nanotecnologia, internet das coisas, etc, enquanto, em muitos segmentos, a indústria gaúcha ainda enfrenta o desafio de ultrapassar a Terceira Revolução Industrial, basicamente, a automação dos processos produtivos.

O momento favorável às exportações representa uma oportunidade para a indústria. Contudo, a capacidade de aproveitar essa janela de oportunidade depende da capacidade de inovar, de modo a alcançar ganhos sistêmicos e permanentes. O dinamismo obtido no setor de bens de capital pode ser um importante exemplo a ser seguido.

Novas propostas para uma agenda de desenvolvimento

Destaque-se, desde logo, que as políticas de desenvolvimento que compete aos estados federados realizar dependem, em grande parte, de reformas a serem implantadas em nível nacional. Torna-se, portanto, imperativo um envolvimento e uma intervenção ativa do governo do Estado e de seus representantes legislativos na discussão e na definição das decisões a serem tomadas em âmbito nacional. A seguir, indicamos algumas questões que têm/terão incidência direta sobre o rumo e o sucesso das políticas estaduais de desenvolvimento.

A política industrial deve ampliar e reforçar ações que tenham como foco a elevação da competitividade do nosso parque industrial e incentivem o surgimento de novos empreendimentos baseados nas novas tecnologias. Muitas ações exigem providências e articulações no âmbito nacional, mas elas precisam ser feitas com a devida dedicação e urgência. Diversas ações são de responsabilidade do governo, outras precisam ser implementadas em parceria com instituições públicas e privadas. Outras, ainda, estão no âmbito exclusivamente privado. Apesar das dificuldades

inerentes à ação articulada e complementar de diferentes atores, todas elas são extremamente necessárias.

Para tanto, faz necessário intensificar ações nas seguintes direções:

Criar condições para o desenvolvimento da indústria: É necessário simplificar a estrutura tributária, investir urgentemente na infraestrutura de estradas e portos, atualizar e simplificar a legislação trabalhista.

Inserir-se nas cadeias globais: Implantação de uma reforma tarifária em âmbito nacional, que remova distorções da estrutura de tarifas de importação e reduza a média tarifária em uma perspectiva de longo prazo. É preciso ampliar os horizontes de integração produtiva e de comércio exterior com a América do Sul em geral, além do Mercosul.

Articular o financiamento à inovação: A inovação é o elemento fundamental das condições competitivas, e o financiamento é um elemento-chave para o processo de inovação. O apoio ao Estado torna-se, portanto, fundamental. É importante garantir o financiamento para fundos públicos e privados de capital de risco, reduzir os impostos e incentivos fiscais para pessoal de pesquisa e desenvolvimento; financiamento universitário; financiamento laboratorial; subsídios de colaboração; programas estratégicos para a indústria; apoio a contratos de pesquisa e compartilhamento de equipamentos; cursos adaptados para firmas; formação para o empreendedorismo; bolsas de pesquisa industrial; suporte para recrutamento de cientistas; e subsídios para pesquisa e desenvolvimento industrial.

Queremos consolidar o Rio Grande do Sul como uma **referência em inovação**.

O Estado deve implementar políticas de *clusters* e de cadeias de fornecedores, fazer uso de regulamentos e normas, utilizar plataformas de tecnologia para desenvolvimento coordenado, realizar aquisição pública de bens inovadores e apoiar a demanda privada (subsídios e incentivos fiscais, articulação da demanda privada, sensibilização e formação e aquisições catalíticas). “Nenhum país tem sido capaz de alcançar a transformação estrutural bem-sucedida sem a sinalização e o empurrão visionário das políticas governamentais específicas e seletivas” (UNCTAD).

O QUE O GOVERNO PODE FAZER

Elaborar programas de desenvolvimento adequados para cada perfil de empresa, com editais desenvolvidos especificamente para micro e pequenas empresas de baixo nível tecnológico e para empresas do setor de alto nível; elaborar editais que permitam a interação com foco nessa extensão tecnológica e, principalmente, emulação da atividade de pesquisa e desenvolvimento para empresas *low tech*; e aproveitar o capital humano que já existe no Estado. É preciso redirecionar programas de arranjos produtivos locais (APLs), pólos e parques para a Reconversão Competitiva. Deve-se estimular a criação de novos *startups*. É importante apoiar *coworkings* e *smartcities*. Uma alternativa seria a criação do Programa Gaúcho de Inovação e Marketing.

Mudar o paradigma. É necessário sair da economia industrial, típica do século 20, e migrar para a economia do conhecimento no século 21, na qual conhecimento, tecnologia e inovação são fundamentais. É preciso desenvolver a cultura do conhecimento e da inovação. Além disso, produção e qualidade são importantes, no entanto, não são elementos de diferenciação.

Sendo assim, é necessário estabelecer uma consciência empreendedora. Não é possível imaginar que empresas pouco inovadoras venham a se transformar da noite para o dia, em empresas inovadoras. Para tanto, é preciso que seja feita a reconversão competitiva, ou seja, um novo paradigma de economia do conhecimento e da criatividade.

Adotar a economia criativa. A economia criativa está assentada em setores de atividade econômica que agregam valor a partir de conhecimento, criatividade e colaboração das pessoas, integração e conectividade das TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação). É mais fácil adotá-la no RS, aproveitando a vocação e o potencial existentes nos setores tradicionais, agregando moda, design, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a economia criativa lida com produtos tangíveis e intangíveis de baixa escala e alta qualidade percebida, e as empresas do RS, em geral, são de pequena escala; a sua principal “matéria-prima”, o conhecimento, está disponível no Estado; e não se trata necessariamente de investimento *high tech*, atualmente inviável para a maioria dos setores gaúchos.

Realizar a reconversão competitiva. A reconversão competitiva prevê trajetórias possíveis de serem percorridas para que uma empresa se transforme.

A primeira delas é uma trajetória de Especialização Produtiva que se aplica a empresas pouco ou nada inovadoras, cuja estratégia será mantida com base na operação, mas com foco na criação de vantagens a partir da especialização do processo e dos produtos, para fugir da competição de baixos custos.

A segunda trajetória é Marketing, Design e Serviços, empregada para que empresas operacionais, com desempenho competitivo, passem a ter condições de adotar uma postura mais proativa, desenvolvendo produtos novos, com foco em especialidades e marcas próprias, buscando novos nichos de mercado e agregando serviços aos bens produzidos.

A terceira trajetória é a de desenvolvimento tecnológico e se aplica a empresas que já estão no padrão de gestão e marketing e já desenvolvem produtos e processos para poderem ampliar seu conteúdo tecnológico, tanto a partir da organização de suas atividades de EPD&I (Engenharia, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), como a partir da interação com universidades e centros tecnológicos.

Investir em escolas experimentais de Educação Fundamental. A Educação Fundamental é um dos fatores que mais alimenta o ambiente de inovação. É o processo de Educação Fundamental que fornece matéria-prima – material humano, para a inovação. Assim, o Estado deve focar na Educação Fundamental e realizar experiências diferentes que não podem ser feitas em todas as escolas, mas que podem ser aplicadas em 50 ou 100 escolas. Para essas, seria feito um investimento diferenciado

que, em etapas posteriores, seria expandido para todas as escolas. Nessas escolas experimentais tudo deveria ser diferente, com o professor melhor remunerado, todos falando inglês, com incentivo ao espírito empreendedor, conhecimento de mercado e conhecimento básico de economia. Essas escolas formariam pessoas de 14, 15 e 16 anos em nível de excelência.

Incentivar áreas portadoras do futuro. Um bom ambiente de inovação deve ter estruturas de pesquisas e tecnologia que funcionem e que estejam nos limites de tecnologia. Essas estruturas, normalmente, estão dentro de universidades, laboratórios e laboratórios de empresas. Enfim, ativos tecnológicos que são necessários, mas ainda insuficientes. Além disso, são indispensáveis políticas de Estado incentivando áreas portadoras de futuro, que seriam áreas com maior probabilidade de criar inovação. São áreas de fronteira que podem, através de pesquisa, gerar grandes novidades e que, em outros lugares do mundo, também estão em estágio inicial.

Aprofundar a base produtiva regional. É preciso estabelecer um planejamento de longo prazo e qualificar a matriz produtiva ou a especialização produtiva regional. É necessário selecionar setores faltantes do novo paradigma e do paradigma antigo, sem destruir o que já se conseguiu historicamente. Ainda, os novos setores devem ser construídos gradativamente, ao longo do tempo, partindo de estudo sobre clusters e APLs. E, após isso, deve-se aprofundar essa base produtiva regional para que organizações, tais como universidades ali se estabeleçam. É importante também desenvolver cursos técnicos; descentralizar o orçamento; criar um sistema regional, em que as universidades deem formação às pessoas e realizem pesquisas, novas empresas surjam, o governo ofereça incentivos. Em outras palavras, a partir das aglomerações produtivas locais, potencializar o que já existe e começar a explorar o que ainda não existe, bem como criar conectividade em locais específicos, dentro de um plano de desenvolvimento de mais longo prazo.

O QUE AS EMPRESAS LOW TECH PODEM FAZER

As empresas low tech podem empregar uma sequência de ações: se especializarem para dominar a tecnologia que já possuem; agregarem valor ao que produzem; se organizarem para serem mais eficientes no que fazem e poderem crescer; dominarem seus produtos e marcas para reduzirem a dependência com relação aos clientes; estruturarem a atividade de inovação para lidarem com novos saberes, agregarem valor e desenvolverem novos produtos; diversificarem, ampliando seus conhecimentos.

O QUE AS UNIVERSIDADES PODEM FAZER

As universidades podem desenvolver uma postura proativa, atuando de forma diferente para cada tipo de empresa: dando suporte às trajetórias de reconversão competitiva das empresas low tech; e avançando no desenvolvimento de projetos com empresas high tech. Com relação às empresas low tech, as universidades podem atuar na formação de RH qualificado, oferta de cursos, NITs (Núcleos de Inovação Tecnológica), extensionistas, prestação de serviços, pesquisas tópicas, bem como emulação parcial/total da atividade de inovação. Quanto às empresas high tech, as universidades podem realizar pesquisas conjuntas, visando expandir as fronteiras do conhecimento.

O QUE A SOCIEDADE PODE FAZER

É preciso que haja uma mudança de comportamento. Para isso, é fundamental: unir capital criativo, capital cultural, capital ambiental e capital urbano para que haja a mudança comportamental; criar condições para negócios da indústria criativa; consumo consciente e sustentável; colaboração e compartilhamento; desenvolvimento de distritos criativos; construção de *smartcities*; atração de novos negócios, revitalização e reconversão competitiva.

Criar Ambientes de Inovação. Apesar de a inovação geralmente ser associada a países, os lugares onde ela mais aparece são polos inovadores dentro dos países. São sítios pequenos, em torno de 100, 200 mil pessoas, que estão às vezes próximos de uma universidade ou de empresas, como o exemplo típico do Vale do Silício na Califórnia. A criação desses sítios, apoiada por políticas de Estado que podem, essas sim, ser nacionais, propiciaria um ambiente de inovação. Ali se pode identificar o ambiente para a renovação, onde têm que haver alguns ativos. Ter um ciclo próspero de inovação é desenvolver o ambiente através dos ativos. É necessário investir em um determinado lócus, pois não se consegue isso para todo o país. É preciso alocar recursos nos mais fortes para que criem o ambiente para os mais fracos.

Estudar o exemplo chinês das Joint Ventures. Os chineses cresceram muito, tecnologicamente, com *joint ventures*. Eles possuíam uma abordagem clara: quem vinha de fora, para explorar o mercado, trazia tecnologia, no entanto, o estado era o dono de 50%. Em termos de tecnologia e aprendizado, é possível realizar em cinco anos em uma *joint venture* o que se levaria 30 anos para fazer sozinho. E a China extraía daquela *joint venture* tecnologia para outras organizações, o que acabou gerando, em alguns casos, problemas com cópia e pirataria.

Elencar setores estratégicos e ter uma política industrial geral. É necessário fazer duas coisas para fomentar a inovação: eleger alguns segmentos industriais e, ao mesmo tempo, tentar pensar em todos, tendo uma política que seja transversal, atuando em todos os ramos, mas com padrões diferentes. Há setores de atividade industrial no Rio Grande do Sul em que é possível trabalhar com a noção de inovação do ponto de vista global, mas há outros em que isso não é possível. Contudo, são setores que estão postos e fazem parte da estrutura industrial do Estado. Dependendo do tipo de ação realizada atualmente nesses setores, eles poderão participar de cadeias globais no futuro.

Estudar rotas estratégicas. Selecionando alguns setores, novos e tradicionais, é possível projetar uma tendência de futuro. No estudo chamado *Rotas Estratégicas Setoriais*, desenvolvido por Santa Catarina (Fiesc), foram analisadas a estrutura da indústria, as características de produção, emprego, exportação, importação e a tendência para cada um dos setores e áreas identificados como os mais promissores para a indústria do estado no horizonte de dez anos. A partir dessa identificação, foram traçadas trajetórias a serem percorridas para ampliar a competitividade de cada um dos setores, em uma interação com o meio acadêmico e ao meio empresarial, para começar a desenvolver políticas de curto, médio e longo prazo a fim de alcançar cenários estabelecidos.

Empresas locais de máquinas e implementos agrícolas. Quando se compara o produto da nossa indústria com o produto coreano, por exemplo, há um nível de qualidade a ser atingido. Porém é preciso começar, e essas empresas atuam em mercados em que eles não atuam. As indústrias deste segmento sediadas no RS já desenvolvem um amplo portfólio de produtos; em alguns casos, só produzidos aqui. Isso também ocorre na indústria automotiva pesada, com máquinas mais complexas, com tecnologia embarcada. Com produção diversificada, e com boa base tecnológica, esse segmento pode aumentar ainda mais a competitividade e, no futuro, ampliar sua inserção nos mercados globais.

O DESENVOLVIMENTO URBANO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O Rio Grande do Sul é um dos estados precursores na preocupação com o equilíbrio territorial. O último estudo realizado, denominado *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*, de 2014, apontava para algumas dinâmicas territoriais recentes importantes no Rio Grande do Sul.

A primeira dinâmica territorial observada consiste no tênue deslocamento do eixo de expansão da concentração econômica do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul em direção ao Norte e Noroeste do Estado, principalmente em direção à Região Passo Fundo.

Uma segunda dinâmica territorial é a realização de investimentos em novas áreas, como o Polo Naval de Rio Grande. Esses investimentos resultaram, inicialmente, em um crescimento substancial no número de empregados na Indústria de Transformação do município, especialmente nos segmentos de material de transporte e petroquímico.

A terceira dinâmica territorial é um esvaziamento populacional, principalmente dos municípios da Faixa de Fronteira. O Rio Grande do Sul é o estado cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, com uma taxa de 0,49% ao ano. Esse fato indica que estamos passando por um processo de transição demográfica, no qual o peso da população inativa sobre a população ativa ainda é menor.

A crise econômica brasileira recente gerou dúvidas nas duas primeiras dinâmicas apontadas no estudo RS 2030. No que se refere à expansão territorial do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, os dados de emprego da Indústria de Transformação demonstram um processo de desconcentração relativa no período pós-crise. No entanto, ao contrário do processo descrito no RS 2030, essa desconcentração ocorreu recentemente devido ao impacto da crise sobre os segmentos da média-alta e alta tecnologia.

Nesse sentido, observa-se uma perda de participação do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul na indústria estadual, processo que continua no período pós-crise econômica. Os Coredes Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra que, em 2013, eram responsáveis por 54,58% dos empregos da Indústria de Transformação, diminuíram essa participação para 52,94% em 2015. Esse processo parece estar relacionado, ao contrário do que ocorria em até 2012, a uma retração da indústria de média-alta e alta tecnologia estadual, privilegiando segmentos com menor tecnologia agregada, que apresentam maior desconcentração territorial.

No que se refere à questão demográfica, estudos recentes indicam que, além de movimentos migratórios interestaduais, como o de população com média escolaridade em direção ao Corede Serra, é perceptível a migração de populações, em todas as escolaridades, para outras unidades da Federação.

Portanto, o desafio para o equilíbrio territorial ***consiste em estimular a desconcentração das atividades econômicas a dar especial ênfase ao desenvolvimento de novas atividades, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, visando agregar maior complexidade ao setor produtivo dessas regiões.***

Destacamos aqui a ***parceria entre o Estado e o Fórum dos Coredes***, para atualização dos Planos Estratégicos dos Coredes em 2017. Esses planos definiram estratégias e projetos prioritários para as 28 regiões do estado. Esse planejamento deverá contribuir para a identificação, valorização e desenvolvimento dos potenciais de todas regiões.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E EQUILÍBRIO TERRITORIAL: PROPOSTAS E DESAFIOS

- *Identificar e Valorizar os potenciais culturais e produtivos das regiões.* Esses potenciais abrangem não apenas o aparato produtivo já existente, mas também o capital social, ou seja, as relações e a confiança que existem entre os grupos de pessoas e os órgãos de participação social.
- *Apoiar o empreendedorismo, priorizando as empresas inovadoras.* É fundamental apoiar o empreendedorismo, tanto o novo empreendedor, quanto o já existente, com a consciência de que as empresas inovadoras e tecnologicamente avançadas são mais competitivas.
- *Mobilizar os atores locais para o desenvolvimento, considerando as redes territoriais.* As regiões do Estado possuem uma importante densidade de atores locais. Nesse sentido, o Estado deve ser um mediador entre esses diferentes atores, mobilizando-os para o desenvolvimento das regiões. As redes de cooperação de empresas presentes no território podem ser um elemento importante de superação de conflitos entre atores.
- *Fortalecer as relações das empresas com universidades com vocação específica.* O Rio Grande do Sul tem inúmeras universidades voltadas às potencialidades de suas regiões. As políticas de pólos, parques e incubadoras tecnológicos devem priorizar empresas que possuam maior relação com base econômica regional.
- *Estimular a formação de arranjos produtivos locais (APLs).* A partir da união de empresas com um tipo comum de atividade produtiva, estimular as relações positivas entre os agentes, assim como as interações vantajosas entre eles, promovendo uma melhoria não apenas nos produtos, mas também no aumento do emprego, na qualificação das empresas e em melhores níveis de salário e de qualidade.
- *Impulsionar agências de desenvolvimento local.* Conforme a experiência do norte da Itália, as agências de desenvolvimento são entidades operativas constituídas pela sociedade, trabalhando em nível sub-regional. Sua atividade é incentivar o desenvolvimento local através de diferentes intervenções (promoção local, prestação de serviços, marketing territorial, redes, etc.), no âmbito do desenvolvimento de negócios, do crescimento do emprego e da valorização dos recursos ambientais e culturais.

- *Considerar a dimensão multiescalar (local, regional, nacional e global) nas políticas públicas.* As oportunidades e os problemas que se materializam no território possuem origem em múltiplas escalas, fazendo-se relevante o entendimento dos processos que os originam. Dessa forma, é necessário articular com as instâncias federais, regionais, sub-regionais e interiorizando sua atuação.
- *Promover o desenvolvimento das cidades médias, com vistas ao adensamento dos serviços e à promoção da equidade regional.* O adensamento dos serviços nas cidades de médio porte pode contribuir para uma maior desconcentração do território, arrefecendo as migrações no sentido oeste-leste que predominam no estado.
- *Reforçar as relações entre políticas setoriais e territoriais.* O território é o elemento de combinação das diversas políticas setoriais. Dessa maneira, é fundamental que o Estado estimule a intersectorialidade de suas políticas, utilizando o território como aglutinador.
- *Estimular a doação da mesma territorialização das políticas públicas, na medida do possível, adotando como referência os Coredes, instituições com mais de 20 e anos de existência, que vêm apresentando cada vez maior legitimidade como representação da sociedade civil em múltiplas instâncias, inclusive no planejamento estadual.*
- *Considerar o acúmulo realizado nos últimos anos, que se expressou na proposta do Rio Grande do Sul para a política Nacional de Desenvolvimento Regional – FASE II, além das dimensões abrangidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.*

AS CONDIÇÕES E O DESAFIO DA ENERGIA

Uma apresentação adequada da situação presente da área de energia no Rio Grande do Sul, bem como o exame de suas alternativas de expansão e modernização - base para a formulação de propostas e prioridades de execução – supõe o conhecimento de informações básicas, que apresentamos abaixo, de acordo com dados da Aneel (julho 2018):

Capacidade Instalada: 9.581.290 kW de potência

Empreendimentos em operação: 339

Energia solar: 47.756,48 kW de capacidade instalada na geração distribuída. Potencial em estudo

Energia Eólica: 1.827.567 kW de capacidade instalada. Potencial de 103 GW

Energia Hídrica: 649.487 kW (PCHs e CGHs). Potencial de 10 GW

Biomassa: 311.430 kW de capacidade instalada. Potencial em estudo

Fonte: Aneel (julho/2018)

Ao recriar a Secretaria de Minas e Energia, o governo do Estado indicou que estes temas receberiam especial atenção e incentivo na atual gestão estadual. Desde o início de suas atividades, o planejamento estratégico e as ações da Secretaria de Minas e Energia buscaram fortalecer os

modais de energia já bem estabelecidos em acréscimo à identificação e busca por potencializar fontes alternativas de energia subexploradas no Estado.

Esse mapeamento das oportunidades e ameaças do ponto de vista energético conduziu à construção do **Plano Energético 2016/2025**, cujo lançamento ocorreu em março de 2016.

O estudo apresenta um conjunto de diretrizes e propostas para o setor energético estadual de forma regionalizada, e aponta os obstáculos que precisam ser enfrentados para um abastecimento de energia continuado e com qualidade ao longo da próxima década. O documento também traz diretrizes de conservação e uso racional de energia, contextualiza o papel crescente das energias limpas e renováveis na nossa matriz energética, bem como aborda a incorporação de novas tecnologias na geração, distribuição e consumo.

Energias Renováveis

Lançado em agosto de 2016, o **Programa RS Energias Renováveis** é destinado ao desenvolvimento do setor elétrico regional, através do incentivo às fontes renováveis aqui existentes. **Objetiva a diversificação da matriz elétrica e a autonomia energética.**

Os financiamentos concedidos no programa são direcionados aos empreendedores que queiram investir em projetos de conversão elétrica através de fontes limpas; os benefícios são destinados exclusivamente a pessoas jurídicas (CNPJ) e de acordo com a potência de instalação definida pelo programa.

Energia Eólica

O Rio Grande do Sul tem condições favoráveis para o incentivo às energias renováveis. O potencial inexplorado de energia eólica, conforme o Atlas Eólico do Rio Grande do Sul, é de 103 GW. O crescimento no setor nos últimos anos é exponencial. **Saltamos de 733 MW, no final de 2014, para 1,82 GW de capacidade instalada, considerando dados até julho de 2018. São mais de R\$ 6,5 bilhões em investimentos.** O estado ocupa a quarta posição no país quando o assunto é energia eólica.

Geração de energia sem imposto

Em vigor desde junho de 2016, o Decreto 52.964 prevê a isenção de impostos sobre a mini e microgeração de energias limpas e renováveis para consumo próprio no Rio Grande do Sul. A medida estimula o uso em maior escala de energia fotovoltaica, produzida através de placas solares. Contempla igualmente a produção por unidades eólicas e de biomassa, sempre que estiver interligada à rede de distribuição por meio de instalação na própria unidade consumidora. O sistema permite que pessoas físicas ou jurídicas gerem energia para consumo próprio.

Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar

Em operação comercial desde setembro de 2017, o Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar, em Santa Vitória do Palmar, no Extremo Sul. O empreendimento possui potência instalada de 207 MW, capacidade para atender cerca de 400 mil residências, ou 1,2 milhão de habitantes. O complexo

possui 69 aerogeradores de última geração, distribuídos por 12 parques. O investimento total foi de R\$ 1,3 bilhão.

Complexo Eólico Pontal

Com geração de energia suficiente para o consumo de 140 mil residências, abastecendo cerca de 320 mil pessoas, o Complexo Eólico Pontal, localizado no distrito de Águas Claras, em Viamão, na Região Metropolitana, foi inaugurado em 11 de agosto de 2017. Para a construção e a implantação de três parques foram investidos R\$ 330 milhões. O parque, que teve o apoio do governo do Estado, BNDES e Badesul, conta com 25 aerogeradores, totalizando 59,8 megawatts de potência instalada.

Energia Solar

Criado em 2015, o GT Solar tem como um dos objetivos apoiar a Secretaria de Minas e Energia na elaboração do Atlas Solarimétrico, cujo propósito é estimular o estudo e a pesquisa, delimitar o potencial gaúcho e identificar as regiões de maior incidência solar. O Atlas, tem a intenção de estimular novos investimentos, especialmente aqueles voltados à produção de células e painéis fotovoltaicos, bem como incentivar a micro e a minigeração distribuída, na qual o consumidor produz sua própria energia.

Atlas Solarimétrico

O Atlas tem por objetivo estimular o estudo, a pesquisa e a delimitação do potencial gaúcho, bem como identificar as regiões de maior incidência solar, estimulando novos investimentos, especialmente aqueles voltados à produção de células e painéis fotovoltaicos, além de incentivar a micro e a minigeração distribuída. Seu lançamento está previsto para outubro de 2018.

Energia Hídrica

Apoio às pequenas centrais hidrelétricas

Em julho de 2017 o governo do Estado lançou o ***Programa Gaúcho de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas***. Na ocasião, foi apresentado o inventário de 91 projetos viáveis de licenciamento ambiental para geração de energia hídrica no Rio Grande do Sul. ***O potencial de investimentos é estimado em R\$ 3 bilhões, propiciando a geração de 12 mil novos postos de trabalho diretos, agregando 480 megawatts de potência instalada, o que equivale ao abastecimento de 1,4 milhão de residências.***

Cabe o registro: das 25 bacias hidrográficas do estado, somente três estão inventariadas, o que mostra a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para continuar fomentando o desenvolvimento do setor energético gaúcho.

Nessa linha, para viabilizar os empreendimentos, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) elaborou portaria com novos critérios e diretrizes para licenciamento, indicando estudos ambientais e procedimentos para obtenção da licença ambiental de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs).

O programa foi elaborado com base no mapeamento dos rios livres de barramento. O estudo elaborado indica os rios que serão preservados para garantir a manutenção dos principais cursos d'água representativos das diversas tipologias de cada uma das regiões hidrográficas do Rio Grande do Sul. Isso aponta antecipadamente recursos naturais a serem protegidos.

O objetivo é aliar desenvolvimento e cuidado com meio ambiente, ação inédita no país que coloca o Rio Grande do Sul na vanguarda em preservação ambiental.

Por meio do ***Programa Gaúcho de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas*** foram destravados diversos processos de licenciamento, alguns dos quais que aguardavam resposta há dez anos. Entre os projetos com viabilidade há 35 empreendimentos incluídos no ***Programa RS Energias Renováveis***, que conta com recursos do BRDE.

Biomassa

Criado por meio Lei 14.864/2016, o ***Programa Gaúcho de Incentivo à Geração e Utilização de Biometano (RS-Gás)***, tem por objetivo incentivar a produção de Biometano no Estado. Seu objetivo é aumentar a participação do combustível de origem não fóssil na matriz energética Gaúcha e atingir – em um período de dez anos – o percentual de 10% do total de gás distribuído. O Programa permitirá que o gás seja distribuído para regiões não atendidas por gasoduto, especialmente o interior do RS, e estimulará a conversão de dejetos orgânicos resultantes do agronegócio em energia, possibilitando aos produtores uma fonte de renda alternativa e a geração de energia para o seu próprio consumo. Foi desenvolvido pela SME em parceria com a Sdect, SDR, Sema e Sulgás.

Atlas das Biomassas

As características geofísicas e o destaque no setor de agroindústria contribuem para que o Rio Grande do Sul tenha alto potencial para a produção de biogás e biometano. Foi pensando na ampliação da oferta de energia e combustível a partir desta fonte limpa e renovável que a Secretaria de Minas e Energia e a Sulgás, com levantamento técnico realizado pelo Centro Universitário Univates, desenvolveram, em 2016, o Atlas das Biomassas. O documento é um amplo estudo sobre as regiões potenciais de produção de biogás e biometano no Estado.

Usina de Biometano em Montenegro

O protocolo de intenções para a criação do primeiro projeto de uma usina de biogás em escala industrial do Rio Grande do Sul foi firmado, em 3 de julho de 2018, entre governo do Estado e JMalucelli Ambiental. Prevista para ser instalada em Montenegro, a usina deverá transformar resíduos agrossilvopastoris em biometano (35.000 m³/dia), CO₂ (40 ton/dia), energia térmica e elétrica (2MWm) e biofertilizante (4.000 ton/mês). Serão investidos R\$ 100 milhões no projeto.

Usina de Biomassa em São Sepé (fase final de construção)

Com potência instalada de 8 MW, a Usina Termelétrica São Sepé, com geração de energia a partir de biomassa, em São Sepé, está em fase final de construção. O investimento de R\$ 46,9 milhões, que teve apoio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), vai gerar emprego e renda para a região Jacuí-Centro. O projeto será suficiente para gerar energia para cerca de 31 mil domicílios e beneficiar aproximadamente 120 mil pessoas.

Gás

Criado por meio da Lei 14.864/2016, o *Programa Gaúcho de Incentivo à Geração e Utilização de Biometano (RS-Gás)*, tem por objetivo incentivar a produção de Biometano no Estado. Seu objetivo é aumentar a participação do combustível de origem não fóssil na matriz energética Gaúcha e atingir – em um período de 10 anos – o percentual de 10% do total de gás distribuído.

O programa permitirá que o gás seja distribuído para regiões não atendidas por gasoduto, especialmente o interior do RS, e estimulará a conversão de dejetos orgânicos resultantes do agronegócio em energia, possibilitando aos produtores uma fonte de renda alternativa e a geração de energia para o seu próprio consumo.

Fóssil

Por meio do Decreto 52.582/2015, foi instituído o *Comitê de Planejamento de Mineração do Estado do Rio Grande do Sul (Comergs)*. Compete ao comitê elaborar as diretrizes gerais sobre a produção dos recursos minerais, propor políticas públicas e planos de ação no campo da fiscalização, além de contribuir com a captação de recursos para o desenvolvimento gerencial, tecnológico e mercadológico nos estabelecimentos empresariais que constituem a cadeia produtiva mineral.

O *Plano Estadual de Mineração* foi criado, em 2015, a partir do Comergs. Tem como principais objetivos conhecer e informar o potencial mineral do Estado, fortalecer e desenvolver as diretrizes políticas do cenário mineral e incentivar as atividades minerárias propiciando um desenvolvimento regional sustentável. Estruturado em oito subcomitês (Agregados Construção Civil, Recursos Energéticos, Indústria Cerâmica, Insumos Agrícolas, Rochas Ornamentais, Águas Minerais, Pedras Preciosas e Minerais Metálicos), o plano está em fase final de elaboração.

Carvão Mineral

Manutenção do carvão na matriz energética

A Secretaria de Minas e Energia trabalhou intensamente para garantir a manutenção do carvão para geração térmica na matriz energética nacional, mantendo participação do mineral, que atualmente é de 3%.

Pólo Carboquímico

Um dos compromissos assumidos pelo governo Sartori, foi de trabalhar pela diversificação do uso do carvão no Rio Grande do Sul. Os primeiros passos foram dados em 2016, através da elaboração do ***Plano Energético*** – documento com diretrizes e propostas para o setor – e das ***Missões Gaúchas ao Japão e à China***, onde foi possível conhecer in loco as experiências internacionais e demonstrar que é viável utilizar o mineral.

Termo de Cooperação Técnica entre o governo do Estado, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e o Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão (Sniec), sinalizou a viabilidade econômica de um Complexo Integrado Carboquímico.

No atual governo foi criado o marco legal para o setor, por meio da Lei 15.047/2017, que cria a *Política Estadual do Carvão Mineral* e institui o ***Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul em dois complexos: Baixo Jacuí e Campanha.***

Abriu-se assim, a oportunidade para a implantação de uma fábrica de gaseificação do carvão, com capacidade para a produção de cerca de 2,14 milhões de metros cúbicos diários de Gás Natural Sintético (GNS), com estimativa de investimento de US\$ 1,5 bilhão – quatro anos de implantação e um ciclo de 20 anos de operação.

A criação do polo carboquímico pode ser comparada à instalação do polo petroquímico.

Considerando a instalação de uma unidade para produção de GNS, a estimativa do impacto acumulado no período de 2019 a 2042 na economia do Estado seria de R\$ 12,5 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB), R\$ 2 bilhões no ICMS e 4,2 mil empregos entre diretos e indiretos.

Entretanto, considerando o potencial de um complexo que também incluía a produção de metanol, amônia e ureia, substâncias usadas na indústria de fertilizantes, biocombustíveis e química em geral, o investimento poderia chegar a US\$ 4,4 bilhões, com impactos ainda maiores sobre o PIB (R\$ 23,4 bilhões), ICMS (R\$ 3,0 bilhões) e empregos (7,5 mil) no estado para o mesmo período.

A política energética do Rio Grande do Sul está desenhada e em andamento. A sua continuidade é fundamental para a ampliação e diversificação de nossa matriz energética.

Nesse processo, ***é fundamental incentivar a presença do setor privado, uma vez que a sua inserção no setor é um dos traços das modernas políticas energéticas.***

LOGÍSTICA, TRANSPORTES E OBRAS DE INFRAESTRUTURA

As condições de logística, de transportes e de infraestrutura são um dos mais importantes condicionantes do desenvolvimento econômico. Isso porque a oferta de serviços neste segmento, em quantidade e qualidade, afeta a competitividade global da economia.

Esta premissa é suficiente para justificar a atenção especial dada a este segmento pelo governo Sartori, apesar das dificuldades financeiras.

Nesse sentido, destacam-se as obras no âmbito do programa Crema– Contratos de Restauração e Manutenção das rodovias.

Até o final de 2018, somando ainda recursos do Tesouro do Estado e da EGR, ***as intervenções atingem mais de 2.600 quilômetros de rodovias estaduais: pavimentação, sinalização, novos acessos, trevos, viadutos, retorno e ruas laterais.***

Também foi concluído o Plano Estadual de Logística e Transporte (Pelt) que consiste em uma ferramenta básica de planejamento ao indicar os principais gargalos e as alternativas de solução visando gerar ganhos de produtividade e qualidade para toda a economia gaúcha.

Merece destaque especial, a prioridade dada a ***42 acessos municipais*** com financiamento do BNDES, dos quais 12 concluídos e os demais estão em fase de finalização.

Destacamos nessa área, a retomada das obras de ***duplicação da ERS-118***, na região metropolitana, prometida há mais de 20 anos, numa extensão de 21,5 km, com pistas duplicadas, nas ruas laterais, passarelas e viadutos. ***Trata-se de uma obra estratégica para melhorar o fluxo na região metropolitana de Porto Alegre.***

Da mesma forma, deve destacar a conclusão da ERS-509, entre os bairros de Camobi e Castelinho, em Santa Maria, uma duplicação de quatro quilômetros e restauração completa da pista existente.

Foram reformados e recuperados os aeroportos regionais em Passo Fundo, Santo Ângelo, Vacaria e Caxias do Sul, bem como criadas novas rotas de acesso ao interior do Estado como Uruguaiana. Essas iniciativas resultam do ***Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR-RS)***, que promove o desenvolvimento econômico, social e turístico com a ampliação das rotas de voos regulares nos aeroportos regionais.

Na área portuária, cabe sublinhar o desempenho do Porto de Rio Grande, tanto em volume de cargas quanto em receita. No sentido de garantir a qualidade de acesso dos navios foram desenvolvidas diversas ações de dragagem em parceria com o Governo Federal. Merece destaque, também o desempenho do Porto de Pelotas, com intenso tráfego de toras de madeiras e celulose viabilizando a maior utilização de nossas hidrovias.

Como reforçar e aprimorar nossas bases de logística e infraestrutura:

- Estabelecer parceria com o setor privado para conservação e duplicação de rodovias através de concessão e parcerias público-privadas;

- Concluir o viaduto da interseção entre ERS-040 e a ERS-118;
- Concluir a ERS-118;
- Aumentar a integração modal entre ferrovias, hidrovias e aeroportos regionais e melhorar sua distribuição;
- Utilizar o Plano Estadual de Logística e Transporte (Pelt) para identificar os gargalos logísticos, eleger prioridades e garantir maior integração entre os diversos modais;
- Através do Plano de Transporte Público Intermunicipal concluir a licitação das estações rodoviárias e linhas intermunicipais;
- Concluir a modernização e lançar nova licitação para a estação rodoviária de Porto Alegre;
- Buscar novos financiamentos para restauração e manutenção de rodovias no modelo contrato de Restauração e Conservação (Crema).

FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR, O COOPERATIVISMO E O AGRONEGÓCIO

A agricultura é um dos pilares da economia do Rio Grande do Sul. O aumento da produtividade do campo figura como um dos maiores desafios do nosso desenvolvimento econômico e social. As atividades complementares, que surgem como fonte de renda para toda a família, merecem especial atenção.

Uma dessas atividades é a produção de leite. No Rio Grande do Sul, 94% dos municípios possuem atividades relacionadas à produção de leite, fazendo com que o Estado figure entre os maiores produtores do Brasil. Quando se observa a produção média por animal por ano, temos o melhor desempenho do país, com produtividade o dobro da nacional.

Contudo, quando se observa a distribuição da produção entre os meses do ano, verifica-se uma forte queda no período de entressafra (entre os meses de abril a junho). No ano de 2014, a diferença de quantidade de leite recebido pela indústria entre o trimestre de maior produção e aquele com a menor foi de mais de 165 milhões de litros – essa variação é considerada um fator que dificulta a instalação de indústrias de laticínios. Conforme dados do Ministério da Agricultura, em 2013, a ociosidade da produção leiteira no Rio Grande do Sul estava em torno de 25%, quando o ideal seria de 15%.

A produção de leite no Rio Grande do Sul é realizada, basicamente, em pequenas escalas, 45% das propriedades rurais produtoras de leite produzem até 100 litros/dia. Em pesquisa realizada pelo instituto gaúcho de Leite e Emater RS, em 2015, a área média das propriedades era de 20 hectares e 95% dos produtores estavam enquadrados como agricultores familiares.

Outra característica da produção leiteira gaúcha é o seu caráter de complementaridade à produção agrícola, em especial a da soja. Assim, em períodos em que o preço da soja é vantajoso, o rebanho fica relegado a um segundo plano, não recebendo atenção e os cuidados necessários. Vale destacar que muitas empresas compradoras de leite já adotaram o sistema de bonificação por qualidade.

Assim, as propostas para ampliação da produtividade e da qualidade da produção de leite do Rio Grande do Sul contemplam as seguintes ações:

- Ampliar os **investimentos em programa de sanidade animal** e enrijecimento da legislação estadual, visando à erradicação da brucelose e tuberculose.
- Estimular a **ampliação do uso de remuneração por qualidade do produto**. Uma das formas para que a qualidade do leite produzido seja ampliada dentro da propriedade é a indústria ampliar o pagamento levando em conta a qualidade do produto;
- Ampliar a **assistência técnica à propriedade produtora de leite** visando a qualidade no seu produto e a produtividade seja alcançada no seu nível ótimo, reduzindo o custo por unidade, capacitando o produtor para adequar o seu sistema produtivo de forma a produzir alimento a baixo custo, utilizando a tecnologia adequada tanto para a produção de pastagens e silagem como para a segurança e a higiene do produto.

- Auxiliar na melhoria da **imagem do produto gaúcho** perante os mercados nacionais e internacionais tratando em separado as inconformidades e as indesejadas fraudes.
- Estabelecer uma **política estadual para a cadeia produtiva do leite** observando as características de cada sistema produtivo individual e da região em que está localizada a produção.
- Estimular a **diversificação da produção nas pequenas propriedades** de forma a reduzir os riscos da atividade.
- Para **baratear o custo da alimentação dos animais**, estimular o plantio de milho para silagem.
- Tratar com especial atenção o Mercosul pela proximidade geográfica considerando o mercado consumidor do leite e laticínios gaúchos para verificar as suas necessidades e características dos seus principais fornecedores.
- Incentivar a **descentralização do parque industrial**, uma vez que a indústria de beneficiamento desse produto encontra-se localizada em centros de maior produção, ficando os produtores de menor produção diária com dificuldades para escoar o leite produzido.
- Discutir alternativas para os que vão sair da atividade de produção do leite. Os produtores que não conseguirem atingir a eficiência necessária para continuar produzindo para o mercado serão forçados a deixar a atividade leiteira.

A maior frente na agricultura do Rio Grande do Sul é a lavoura de grãos. Os desafios para ampliação da produtividade são enormes, porém já evoluímos bastante e temos exemplos de êxito a serem compartilhados e ampliados.

É inegável a importância da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul. Em 2014, último ano em que foi apurada a estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor de atividade, a agropecuária representou 9,3%, sendo que apenas a agricultura representou 6,5%. Dessa forma, a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado reflete o comportamento da agricultura.

Nos anos de 2005, 2008 e 2012, houve frustração nas safras de verão em função da estiagem prolongada, o que fez a variação do VAB da agropecuária ser negativa. Pode-se observar que, nos anos de queda nesse indicador, a variação do PIB segue o mesmo movimento, o que também se verifica nos anos de recuperação e de recorde nas safras agrícolas.

Portanto, a ampliação da produção agropecuária é importante para a economia gaúcha, já que os diferentes setores sentem os movimentos feitos pela agricultura, em especial pela produção de grãos – cabe destacar que as safras de milho e, principalmente, de soja são os maiores responsáveis pelos movimentos ocorridos nas variações do PIB e do VAB.

Contudo, o Rio Grande do Sul não possui áreas ociosas para a ocupação com novas lavouras e, mais ainda, ao longo dos anos, com o crescimento das cidades, a área destinada à produção agrícola foi sendo reduzida. Com isso, a ampliação da produção de uma cultura tem se dado pela substituição

da área plantada, isto é, deixa-se de plantar uma cultura e inicia-se a produção de outra cultura na mesma área.

Com a elevação do preço da soja em grão na última década, outros cultivos vêm sendo deixados de serem produzidos – é o caso do milho e da expansão para o Sul do Estado, ocupando áreas de várzea e de pastagens.

Assim, uma das soluções para os problemas apresentados acima consiste no crescimento do rendimento médio da área plantada.

A produtividade da lavoura de milho, tanto no Rio Grande do Sul quanto do Brasil, tem apresentado tendência de crescimento. O desempenho melhora a partir da safra 2012/2013, o que pode ser atribuído à ampliação da área irrigada, melhoria na assistência técnica e avanço de biotecnologias das sementes. Também chama a atenção os pontos de forte declínio de produtividade ocasionadas por períodos de estiagem – caso das safras 2004/05 e 2011/12.

Com relação à soja, é possível verificar um comportamento muito parecido com o do milho: existe uma tendência de crescimento da produtividade e pontos de forte queda, também relacionados a períodos de chuva irregulares. Cabe destacar que a estiagem do verão de 2012 foi intensa a ponto de culturas irrigadas serem prejudicadas. Analisando brevemente as características da produção gaúcha de grãos, é possível observar que a irrigação é uma prática ainda muito incipiente.

Conforme dados do Censo Agropecuário, a adoção de irrigação nas culturas de verão ainda é muito pequena. Em termos absolutos, de 1995/1996 a 2006, houve uma ampliação de 55 mil hectares irrigados, frente a um crescimento de 1,2 milhões de hectares na área plantada, e 15 mil hectares irrigados de cereais, frente a uma redução de 45 mil hectares na área plantada.

A produtividade das lavouras de grãos também varia conforme o tamanho da propriedade. Isso está ligado à adoção de tecnologias e da escala que torna a produção com maior rendimento e, assim, mais rentável economicamente.

Propostas para ampliação da produtividade lavoura de grãos:

- Programa de **acesso a tecnologias de processo e de serviço** no campo. A estratégia para aumentar a produtividade da lavoura de grãos Sul passa pelas tecnologias de processo e de serviço, com as seguintes ações: a) estabelecer referências no campo; b) viabilizar ações que permitam a tecnologia disponibilizada ser percebida de forma integrada no sistema agrícola produtivo; c) propiciar meios que permitam o manejo da tecnologia ganhar escala no campo; e d) promover a percepção de que, sobretudo, o fator humano é que determina o sucesso do sistema agrícola produtivo.
- Formação para **manejar a informação disponível**. O conhecimento deve chegar ao agricultor com uma visão muito mais ampla do que simplesmente a tecnologia de um produto. Como premissa, afirma-se que nenhum sistema é melhor do que quem o opera. O operador é quem define o sistema. Portanto, deve-se investir no fator humano, seja ele o técnico ou o produtor rural.

- **Capacitação do produtor para o planejamento e gestão da propriedade.** O produtor deve ser capaz de gerenciar os custos da sua produção, planejar a sua produção em função da oferta e da demanda do produto, da proximidade com o mercado consumidor e das características do processo de comercialização – além de ter conhecimentos técnicos produtivos para lidar com a lavoura.
- **Ampliar a assistência técnica aos agricultores** incentivando o uso das novas tecnologias adequadas ao seu sistema produtivo.
- **Estimular à associação para otimização dos recursos.** A compra individual de insumos (sementes, adubos, agroquímicos, maquinário, etc.) para a produção pode reduzir, consideravelmente, o lucro da lavoura.
- Estimular a irrigação e orientação para a otimização do equipamento com linhas de financiamento específicas para a compra de equipamentos de irrigação.
- Estimular a **criação de moinhos de trigo**. A produção de trigo vem sendo abandonada ao longo dos anos. O trigo é uma cultura de inverno que tem um caráter de complementaridade às culturas de verão, em especial a soja e o milho, uma vez que a rotação de culturas traz importantes benefícios. Estimular as políticas públicas através do **Rio Grande Agroecológico – Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica (Pleapo/RS)**, lançado em março de 2016, conta com ações e metas para promover a produção e o consumo de alimentos saudáveis, o uso e a conservação da agrobiodiversidade, a oferta de assistência técnica e extensão rural e social e o ensino e a pesquisa de base ecológica, de maneira transversal.
- Incrementar o **mercado institucional de alimentos através do Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a Política Estadual da Compra Coletiva/RS** através dos programas federais e estadual de compra de gêneros alimentícios.
- Manter o programa **Troca-Troca de Sementes**.
- Estimular a melhoria de gestão no âmbito das cooperativas.

Desenvolvimento rural

A área do desenvolvimento rural requer medidas específicas, além daquelas que são relevantes para a agricultura em geral. Algumas são particularmente relevantes:

- Implementar uma política de **preservação de fontes e nascentes**, que contemplem ações via Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), prioritariamente junto aos agricultores familiares, para permitir uma melhor gestão do uso da água no campo.
- O desenvolvimento econômico da agricultura rural está relacionado com o consumo de energia, como na agricultura em geral. **Avançar na eficiência energética no meio rural**, incentivando o uso de fontes de energia alternativa (entre outras, a fotovoltaica: energia obtida através da conversão direta da luz em eletricidade), reduzindo o custo do processo produtivo.

- Fortalecer o programa de **Agroindustrialização (agregação de valor)**, especialmente com apoio Feaper (Fundo de apoio a pequenos agricultores), aliado à programas de capacitação, e qualificação dos agricultores, para fortalecer a cultura associativa no meio rural.
- **Fortalecer o cooperativismo gaúcho**, incentivando políticas públicas que desenvolvam ações em redes de cooperação, para potencializar nosso desenvolvimento local e regional através do cooperativismo. Nesse contexto, estudar a possibilidade de implantação do modelo de cooperativismo uruguaio na área habitacional.
- **Valorizar as escolas agrícolas**, estudando um novo modelo de gestão em parcerias como as organizações do Sistema S e do Senar.
- Fomentar à aplicação de modelos de desenvolvimento sustentável com ampliação do **Programa Gestão Sustentável**, lançado em 2016 pelo governo do Estado.
- **Incentivar e oferecer assistência técnica** para a implementação de hortas urbanas como forma de acesso à produtos saudáveis.

O MEIO AMBIENTE

Desde o início, o governo Sartori dedicou especial atenção ao desenvolvimento sustentável. Foi dada prioridade às ações visando a reduzir o tempo de concessão de licenças ambientais, seguindo rigorosamente a legislação ambiental.

Nesta direção, os empreendedores passaram a ter tratamento mais efetivo por parte dos técnicos responsáveis pelo licenciamento solicitado, o que dá maior agilidade no atendimento das exigências legais. O agendamento passou a ser feito nos sites da Sema ou da Fepam, com horário previamente marcado seguindo a informação do número do processo.

Foi criado o **Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL)** que possibilita o protocolo de licenças ambientais por meio digital. Esse processo, aliado a um intenso trabalho de gestão, fez o número de processos em andamento de 12 mil para 4 mil. Dessa forma reduzindo o tempo médio de liberação.

Em média, o procedimento, que levava até 900 dias, foi reduzido para apenas 40.

O sistema de outorga de Água (Siout RS) veio aperfeiçoar o gerenciamento das concessões e administração de atos inerentes às outorgas de uso de água, por meio de ferramentas que explorem as informações relativas aos recursos hídricos de forma eletrônica. Desta forma, o Siout RS irá tornar o processo de outorga mais TRANSPARENTE e ÁGIL para a sociedade.

A realização do **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, mediante o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais, auxiliou na identificação e na integração dessas informações das propriedades e posses rurais. Essas informações são essenciais para o planejamento ambiental.

Até o momento, o Rio Grande do Sul tem 524.070 imóveis cadastrados e uma área total cadastrada de 20.269.007 hectares, o que equivale a 99,7% da área total cadastrável de 20.326.355. ***O cadastro representa o primeiro passo para obtenção de regularidade ambiental e constitui-se em requisito para usufruir dos benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e das Regras Transitórias da Lei 12.651/2012, bem como para obtenção de crédito agrícola, licenciamentos ambientais entre outros benefícios.***

A atendimento através das unidades de balcões Ambientais Unificados da Sema e da Fepam, com equipes e rotinas reestruturados e integradas, tornou o trabalho mais eficiente. Atualmente existem 12 unidades nos seguintes municípios: Alegrete, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz, Santa Maria, Santa Rosa, Tramandaí, Bagé, Lajeado, Santana do Livramento e Santo Ângelo prestando um serviço diferenciado aos usuários.

Nos próximos quatro anos, a política ambiental terá as seguintes prioridades:

- ***Reduzir ainda mais o prazo*** para liberação de licenças ambientais aos empreendedores;

- Dar continuidade **ao processo de integração das atividades** antes desenvolvidas pela Fundação Zoobotânica à Secretaria, de modo a preservar a normalidade das ações;
- Conclusão da parceria **privada para gestão do parque Zoológico de Sapucaia do Sul**. O modelo operacional prevê que a Sema concederá a gestão do parque de 159 hectares por 30 anos, assegurando a sustentabilidade técnica e econômica do parque. A empresa vencedora terá a obrigação de realizar um investimento mínimo de R\$ 59 milhões. Pelo projeto, o espaço deverá ser totalmente modernizado com a reconstrução dos ambientes, visando à proximidade dos usuários com os animais e o bem-estar animal;
- **Conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE**, uma importante ferramenta de planejamento e ordenamento territorial. Com ela, os empreendedores terão um mapeamento de áreas indicadas para a implantação e consolidação de seus empreendimentos de forma ambientalmente sustentável.

CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

O tripé Cultura, Turismo, Esporte e Lazer foi protagonista de grandes conquistas nos últimos quatro anos. Porém, ainda estamos na metade do caminho: temos muito a fazer.

Esse tripé nasceu com a unificação da Secretaria da Cultura com as áreas de políticas públicas do turismo, esporte e lazer – dando origem à Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – no contexto dos ajustes do Plano de Modernização do Estado, que traz como ideia central otimizar os custos e equilibrar as contas.

Na cultura, merece destaque a manutenção das linhas de fomento, que tem como meta o aumento dos valores investidos; ***a ampliação do alcance dos benefícios e a melhor distribuição regional destes recursos.***

A função estratégica do Pró-Cultura RS (Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às atividades culturais) é atuar em duas frentes: via ***Lei de Incentivo à cultura (LIC RS) e via fundo de Apoio à Cultura (FAC RS)***. Vale lembrar que, apesar da crise das finanças públicas estaduais, ***foram mantidos os valores disponíveis para as leis de incentivo.***

Mas não é só fomento à comunidade cultural. A Ospa, mantida pelo governo do Estado desde 1950, finalmente ganhou um espaço próprio para suas atividades, ***a Sala de Ensaios, no Centro Administrativo.*** Outro exemplo de destaque é o Teatro São Pedro, o mais tradicional palco gaúcho, com 160 anos de história, que além de manter sua relevância nacional se prepara para ampliações em seus espaços.

A economia criativa é outro ponto importante, em especial pela intersectorialidade das políticas públicas de cultura. Assim, o ***RS Criativo*** foi implementado com a finalidade de posicionar a cultura e a criatividade como eixos centrais do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado. A perspectiva é que, em breve, as portas estejam abertas para consultorias, cursos e palestras na qualificação de produtores.

Na área de esporte, o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (Feie), depois de cinco anos, saiu do papel e foi regulamentado em 2017, ***atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade esportiva e sendo seguido pelo lançamento do 1º edital Juntos pelo Esporte.***

Outra evolução histórica ***foi a modernização do programa Pró-Esporte***, com novas ferramentas que agilizaram a aprovação aumentando a transparência nos processos dos projetos apresentados. Este aperfeiçoamento pode ser traduzido através de uma série de melhorias: ***os projetos são informatizados, maior agilidade, proximidade e transparência.*** Por fim, como terceiro eixo fundamental do esporte está a valorização do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) e o compromisso com seu DNA: a formação e o treinamento de atletas de alto rendimento, além do fortalecimento do calendário de Eventos Esportivos do Estado.

Já a inclusão do Turismo no eixo econômico **colocou o setor em um patamar mais elevado, reconhecendo sua importância na geração de empregos, de renda e de impostos**. Outro avanço foi a retomada e o incremento das participações nos eventos promocionais de acordo com a Embratur e o Ministério do Turismo, além da liberação de recursos para a Consulta Popular na Infraestrutura e Regionalização do Turismo e o desenvolvimento do aplicativo Turismo RS.

Para o futuro, o maior desafio será a **implementação do Pró-Turismo RS**, uma lei de incentivo, nos moldes do Pró-Cultura e do Pró-Esporte, que se consolidará como uma nova ferramenta para financiar o desenvolvimento do setor turístico. Ainda dentro do Turismo é preciso ressaltar o papel importante da gastronomia. Assim existe a intenção de no futuro criar aplicativos e serviços que possam registrar, mapear e catalogar a imensa riqueza de gostos e sabores de diversas regiões do estado.

Em todas estas propostas, o Mercosul tem papel estratégico. É fundamental o desenvolvimento de políticas de intercâmbio em todas as áreas com entidades governamentais e privadas dos países vizinhos. São públicos com grande identificação e potencial de crescimento, que devem ser melhor avaliados e valorizados.

Como em outras áreas, também na cultura o RS está no rumo certo. Mas, como dissemos, ainda há muito a melhorar. Para isso, é importante implementar as seguintes ações:

- Conceber as diversas manifestações e expressões culturais produzidas no RS, nas mais diversas áreas, **como um patrimônio e que, como tal, deve ser mais amplamente utilizado para a divulgação e o conhecimento do nosso estado;**
- Desenvolver uma **gestão de governo que acolha, valorize e impulsione a produção cultural independente**, de forma não atrelada ao Estado, que afirme o setor como cadeia produtiva, geradora de emprego e renda, e que respeite e ressalte a diversidade das manifestações culturais do RS;
- **Realizar, apoiar, articular e promover projetos culturais de grande efeito multiplicador – festivais, bienais, feiras, mostras, espetáculos, etc. – nas várias expressões da cultura regional, entre as quais a música, o folclore, as artes plásticas, o cinema e a literatura;**
- Utilizar os recursos viabilizados pela Lei de Incentivo à Cultura de forma equilibrada, por **meio de editais de concorrência pública e com atenção à diversidade da produção cultural**, em estrita obediência às exigências legais em relação ao uso dos recursos;
- Revitalizar o projeto **de um polo regional de cinema**, como forma de bem aproveitar a enorme geração de talentos que existe no RS nesta área da produção cultural;
- Apoiar e promover projetos culturais que **tenham uma função educativa no sentido de qualificar a produção cultural**, permitindo que alcancem níveis mais elevados e sejam reconhecidos nacional e internacionalmente;
- Formular **políticas culturais para macrorregiões do estado** centradas em alguns centros urbanos importantes, que possam exercer um papel catalisador para as atividades culturais de localidades menores em seu entorno;
- Promover **cursos de formação técnica especializada** que estimulem a profissionalização das atividades de indivíduos, grupos e associações, tanto públicas como privadas. Essa

profissionalização, traduzida em atividades mais qualificadas, é indispensável para a geração continuada de empregos no setor;

- Promover cursos **de treinamento em novas tecnologias com crescente aplicação em projetos das diferentes áreas da cultura;**
- Apoiar **projetos culturais integrados com os programas e políticas nas áreas da educação e do turismo;**
- Organizar **calendários semestrais das atividades para cada setor da cultura**, articulando iniciativas públicas e projetos privados, evitando a competição pelos mesmos públicos e pelos mesmos recursos;
- Implantar uma **rede Estadual de Cultura**, que divulgue e faça circular informações sobre as atividades das instituições e grupos culturais de todo Estado, públicos e privados. E, ao mesmo tempo, estimule intercâmbios e projetos em parceria entre grupos e instituições de todo Estado.

PRINCIPAIS EXPECTATIVAS DO TURISMO PARA 2019-2022

Após a manutenção do Turismo no eixo econômico, reabrir rubricas orçamentárias dos recursos do Tesouro Estadual para os seguintes programas do PPA:

- **Caminhos do Rio Grande do Sul** - Cadeias produtivas locais e regionais;
- Desenvolvimento e **Marketing** de Destinos e Produtos turísticos;
- Potencialização do **Turismo de Negócios e Eventos**. Aprovar o Pró-Turismo com recursos incentivados similares ao Pró-Esporte e ao Pró-Cultura;
- Ampliar recursos para a consulta popular e **fortalecer a segmentação do Turismo;**
- Executar a política de **qualificação profissional e empresarial do Turismo**, principalmente das instâncias das Governanças do Turismo; Apoiar a promoção e a Comercialização para captar visitantes do Mercosul.

O RUMO CERTO É O FUTURO. E O FUTURO ESTÁ EM CONSTRUÇÃO

Adotamos, como se viu, um tom expositivo e explicativo. O caminho que trilhamos é concreto, de quem conhece o Rio Grande e não subestima as dificuldades, assim como não as teme.

Não temos o monopólio das virtudes. Mas a população sabe que estamos percorrendo um caminho longo e correto que não pode ter parada e muito menos retrocesso.

Há quem proponha mágica, milagre ou solução fácil. Nós propomos mais trabalho e menos promessa! Mais verdade e menos mentira! Mais mudança e menos atraso! Mais sociedade e menos interesses individuais!

O RS está se reerguendo, voltando a ser aquele estado de fibra, de garra e de luta. O Brasil já nos olha de novo com admiração. Ninguém fez tantas reformas quanto nós. Ninguém enfrentou a crise com tanta bravura. Precisamos seguir no rumo certo e fazer mais.

Então, é pelas nossas crianças que estamos aqui. É pelos nossos jovens. É pelo nosso presente, é pelo nosso passado também. Mas é especialmente pelo nosso futuro, que precisa ser construído por muitas mãos – e aperfeiçoado todos os dias.

Este é o rumo certo. O rumo certo é para frente e com todos! E, pela primeira vez, ao não mudar o governo, estaremos mudando profundamente o Rio Grande!